Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31300024270	2046	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: PRATICA PRODUTOS S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2602822430

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

POUSO ALEGRE
Local

29 JULHO 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO __/__/____ _____ ☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

__/__/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª
☐	☐	☐	☐

__/__/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª
☐	☐	☐	☐

__/__/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/598.996-5	MGE2602822430	24/08/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
377.220.856-87	ANDRE LUIZ ROSA REZENDE
832.947.246-91	MARCELIO VIEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

PRÁTICA PRODUTOS S.A.
CNPJ nº 08.574.411/0001-00
NIRE nº 31.3.0002427-0

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 17 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN 81"). A ata desta assembleia e sua versão livro foram assinadas eletronicamente por acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Prática Produtos S.A. ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de anúncios de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), diante da presença da acionista titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas.

3. MESA: Presidente: Sr. André Luiz Rosa Rezende; Secretário: Sr. Marcelio Vieira.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data, no âmbito do processo de admissão à negociação na BME Growth; (ii) a aprovação da admissão à negociação das ações da Companhia no segmento BME Growth do BME MTF Equity, administrado pela Bolsas y Mercados Españoles ("BME"); (iii) a designação da IBERCLEAR como entidade de registro contábil das ações da Companhia no BME; (iv) a ratificação da contratação e a aprovação do laudo de avaliação e a fixação do preço de referência por ação para a admissão; (v) a aprovação da criação da seção de Relações com Investidores no site da Companhia; (vi) a criação de previsão estatutária de capital autorizado, com autorização ao Conselho de Administração para aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária; (vii) a aprovação da reforma, renumeração e consolidação do Estatuto Social; e (viii) a autorização aos administradores para a prática dos atos necessários à implementação das deliberações tomadas e aprovadas.

5. DELIBERAÇÕES: Pela unanimidade de votos da acionista presente, foram aprovadas, sem reservas, as seguintes deliberações:

5.1. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.

5.2. Ratificar as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data, no âmbito do processo de admissão à negociação na BME Growth, em especial: (i) a designação do Sr. André Luiz Rosa Rezende, Diretor Presidente e de

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Relações com Investidores, como responsável pelo conteúdo do Documento Informativo Reduzido de Incorporação (DIRI); (ii) a nomeação da ARMABEX ASESORES REGISTRADOS, S.L. como Assessor Registrado da Companhia; (iii) a declaração de suficiência de capital de giro para os 12 (doze) meses seguintes à admissão à negociação na BME Growth; (iv) a atribuição ao Diretor de Relações com Investidores da responsabilidade por encaminhar à BME Growth as informações relevantes que possam afetar a negociação das ações; e (v) a declaração de que a Companhia dispõe de estrutura organizacional e sistema de controle interno adequados ao cumprimento das obrigações de informação estabelecidas pela BME Growth.

5.3. Aprovar a admissão à negociação de 3.355.031 (três milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil e trinta e uma) ações ordinárias atualmente emitidas pela Companhia, de titularidade da única acionista Brava Participações LTDA, no segmento BME Growth do BME MTF Equity (Multilateral Trading Facility), administrado pela BME – Bolsas y Mercados Españoles. Fica consignado que eventuais ações futuramente emitidas pela Companhia no âmbito do capital autorizado poderão ser posteriormente incorporadas à negociação, conforme a regulamentação aplicável.

5.4. Aprovar a designação da **SOCIEDAD DE GESTIÓN DE LOS SISTEMAS DE REGISTRO, COMPENSACIÓN Y LIQUIDACIÓN DE VALORES, S.A. UNIPERSONAL** ("IBERCLEAR") como entidade encarregada da escrituração e manutenção do registro contábil das ações da Companhia no BME. As ações serão representadas eletronicamente sob a forma de escrituração em conta (*anotaciones en cuenta*), atuando a IBERCLEAR como depositário central de valores mobiliários no mercado espanhol, sem prejuízo da intervenção das correspondentes entidades participantes.

5.5. Ratificar a contratação da **Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.** para elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, para fixação do preço de referência por ação na BME, e aprovar o Laudo de Avaliação, emitido em 12 de junho de 2026, com base no Equity Value de 100% da Companhia de R$ 620.897.000,00 (seiscentos e vinte milhões, oitocentos e noventa e sete mil reais) na data-base de 31 de dezembro de 2025, o qual fica arquivado na sede da Companhia e integra a presente ata como Anexo I ("Laudo de Avaliação").

5.6. Com base nas conclusões do Laudo de Avaliação, aprovar a fixação do preço de referência para a admissão das ações da Companhia à negociação na BME em € 31,36 (trinta e um euros e trinta e seis centavos) por ação. Para fins informativos, registra-se que o valor equivalente em moeda nacional, considerando a taxa de câmbio de R$ 5,90 por euro, corresponde a R$ 185,02 (cento e oitenta e cinco reais de dois centavos) por ação.

5.7. Aprovar a criação da seção de Relações com Investidores (RI) no sítio eletrônico oficial da Companhia (www.praticabr.com), cuja gestão e manutenção competirá ao Conselho de Administração.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

5.8. Criar previsão estatutária de capital autorizado na Companhia, autorizando o Conselho de Administração a aumentar o capital social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, até que o número total de ações de emissão da Companhia atinja 4.000.000 (quatro milhões) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência desta deliberação, aprovar a inclusão dos parágrafos correspondentes ao Artigo 5º do Estatuto Social, com a redação constante do Estatuto Social consolidado (Anexo II).

5.9. Aprovar a reforma, a renumeração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para adaptação às exigências relativas à admissão à negociação das ações no segmento BME Growth do BME MTF Equity e para inclusão do capital autorizado, que passa a vigorar na forma do Anexo II à presente ata, refletindo todas as alterações aprovadas nesta assembleia.

5.10. Autorizar a administração da Companhia, observadas as disposições legais e do Estatuto Social, a praticar todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações acima.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela acionista presente.

Está cópia confere com a original lavrada no livro próprio.

Pouso Alegre, 17 de julho de 2026.

Mesa:

_____

André Luiz Rosa Rezende
Presidente

_____

Marcelio Vieira
Secretário

Acionista:

_____

Brava Participações LTDA.
(por André Luiz Rosa Rezende – Administrador)

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

PRÁTICA PRODUTOS S.A.
CNPJ nº 08.574.411/0001-00
NIRE nº 31.3.0002427-0

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2026

ANEXO I

LAUDO DE AVALIAÇÃO
[Laudo de avaliação emitido pela Forvis Mazars em 12 de junho de 2026.]

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22



Projeto Valuation Prática

Avaliação Econômico-Financeira da Prática Produtos S.A. (data-base 31.12.2025)

Emissão: 12.06.2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 26598996-5 - 29/07/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Aos Administradores
Prática Produtos S.A.
CNPJ/MF nº 08.574.411/0001-00
Rodovia JK BR 459 KM 101 S/N – Ipiranga, Pouso Alegre- MG, CEP 37.556-140

São Paulo, 12 de junho de 2026

Prezados Senhores,

De acordo com os termos de nossa proposta técnica-comercial, datada de 26.03.2026, apresentamos os resultados da avaliação econômico-financeira de 100% das ações da Prática Produtos S.A. ("Prática" ou "Empresa"), na data-base 31.12.2025.

O estudo de valor de 100% das ações da Prática foi preparado com base na abordagem da renda e no método do fluxo de caixa descontado ("DCF" ou "FCD"), foi baseado no plano de negócios preparado pela Administração e tem como propósito subsidiar a administração da Prática Produtos S.A. ("Administração", "Cliente" ou "Contratante") em decisões estratégicas internas no contexto de possível oferta pública de ações. O trabalho descrito neste relatório não deverá ser utilizado para qualquer outro fim, seja contábil, tributário ou societário.

Nosso trabalho não envolveu procedimentos de auditoria ou due-diligence e foi baseado em informações e premissas fornecidas pela administração da Prática sobre as perspectivas econômico-financeiras, operacionais e de mercado para Empresa e seu plano de negócios.

Assinado por:
Haissam Tamer Andari
9C92904076174E7...

Haissam Andari
Sócio
Forvis Mazars

Assinado por:
Adriano Nelly da Silva
6B43B5F3247A411...

Adriano Nelly
Gerente Sênior
Forvis Mazars

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Índice

1	Sumário executivo	7
2	Metodologia	14
3	Breve descrição do setor	16
4	Breve descrição da empresa	18
5	Avaliação | Premissas Gerais	22
6	Avaliação | Premissas Específicas	24
7	Taxa de desconto (WACC)	31
8	Avaliação | Cenário da Administração	33
9	Análise de Múltiplos	38



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Glossário

Administração	Administração da Prática Produtos S.A.
Apresentação	Este documento, datado de 12.06.2026
BACEN, BCB	Banco Central do Brasil
BRL ou R$	Real ou reais (moeda brasileira)
CAGR	*Compound Annual Growth Rate* – Taxa Anual de Crescimento Composta
CAPEX	*Capital Expenditure* – Investimentos em Ativo Imobilizado e Intangível
CAPM	*Capital Asset Pricing Model* – Modelo de Precificação de Ativos
Cliente	Prática Produtos S.A.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Data-base	31.12.2025
Empresa	Prática Produtos S.A.
EBIT	*Earnings Before Interest and Taxes* – Lucro antes de Juros e Impostos
EBITDA	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
EUA	Estados Unidos da América
EV	*Enterprise Value* – Valor operacional do negócio para provedores de capital (Equity+ Debt)
FCFF	*Free Cash Flow to Firm* – Fluxo de Caixa Livre para a Firma
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
Forvis Mazars	Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
MM	Milhão ou milhões
NOP	Não Operacional
PIB	Produto Interno Bruto
Relatório	Este documento, datado de 12.06.2025
ROB	Receita Operacional Bruta
ROL	Receita Operacional Líquida
Selic	Taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do BCB
USD ou US$	Dólar ou dólares (moeda americana)

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Preâmbulo (1/2)

Contexto do nosso trabalho	Nosso trabalho consistiu no estudo de valor de 100% das ações da Prática Produtos S.A. (“Prática” ou “Empresa”) na data-base 31.12.2025, com o objetivo de subsidiar a administração em decisões estratégicas internas, no contexto de possível oferta pública de ações. Nosso relatório foi preparado somente para uso da Administração no contexto acima definido. Nosso relatório não deverá ser utilizado para qualquer outro fim diferente daquele disposto nesse documento. Não expressamos nenhuma opinião sobre eventual reorganização societária e nossas conclusões não constituem recomendação de investimento ou “*fairness opinion*”. Este documento foi preparado unicamente para a data base e objetivo informados, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito. Nosso escopo de trabalho tem natureza essencialmente econômico-financeira relacionada a prática de avaliação de ativos e empresas. Portanto, não emitimos análise, opinião ou recomendação sobre procedimentos e tratamentos contábeis e tributários a serem adotados pela administração quanto aos resultados dos trabalhos de avaliação aqui apresentados.
Processo de avaliação	Para a elaboração deste estudo realizamos discussões com a administração da Prática e seus representantes com relação às operações atuais e perspectivas futuras da Empresa, bem como situação atual e tendências do mercado de atuação no Brasil e demais países onde a Empresa tem operação. Examinamos certas informações financeiras e não financeiras da Empresa que nos foram fornecidas pela administração. Examinamos também informações públicas ou estudos específicos sobre o setor de atuação da Empresa. Realizamos discussões e entendimento sobre o plano de negócios (“Plano de Negócios”) preparado pela administração para subsidiar as projeções realizadas. Realizamos discussões com executivos e representantes da administração, que revisaram e validaram os resultados, metodologias, critérios, premissas e projeções considerados no presente estudo. As estimativas e projeções preparadas envolveram premissas decorrentes de julgamento com relação às informações financeiras analisadas, aos cenários econômicos projetados e, portanto, ao comportamento futuro do mercado e do desempenho da Empresa no mercado e que podem ou não se mostrar corretas no futuro quando cotejadas com os resultados efetivamente observados. Não há e não haverá qualquer representação, garantia ou promessa de qualquer tipo, expressa ou implícita, por parte da Forvis Mazars e seus sócios e funcionários, de que as projeções ou estimativas sejam efetivamente concretizadas. Os resultados efetivamente verificados no futuro (tais como receitas, lucros, fluxos de caixa e outros) poderão ser diferentes das projeções aqui apresentadas, e tais diferenças podem ser significativas, podendo ainda ser impactadas por condições de mercado, da macroeconomia nacional e internacional, de eventos imprevistos de natureza política, entre outros. Nosso trabalho não envolveu procedimentos de auditoria contábil ou de consultoria tributária e foi baseado em informações fornecidas pela administração do Cliente, como por exemplo: demonstrações financeiras históricas e premissas discutidas com a administração, entre outros. Além disso, eventualmente podemos ter utilizado dados sobre o setor obtidos em fontes públicas ou exclusivas, tais como relatórios de analistas de mercado e dados de empresas comparáveis, entre outros. Essas informações foram consideradas fidedignas e não foram objeto de validação pela Forvis Mazars.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Preâmbulo (2/2)

Plano de negócios	Nossos trabalhos foram preparados considerando as melhores informações disponíveis à época da realização de nossos estudos, à luz dos cenários considerados. Dessa forma, as projeções foram preparadas com base em informações históricas (gerenciais e contábeis), em informações públicas obtidas pela Forvis Mazars e principalmente em premissas de projeção fornecidas pela administração sobre o futuro dos negócios. Não expressamos opinião sobre a probabilidade das projeções serem efetivamente atingidas, ou sobre a consistência das premissas. Nosso trabalho limitou-se ao entendimento das premissas de projeção para o futuro dos negócios e a aplicação da metodologia mais adequada para a avaliação da Prática.
Limitações de escopo	Não fez parte do escopo dos trabalhos apresentados neste documento, entre outras atividades: – Estudos de mercado para os setores de atuação da Empresa (análise de preços e demanda); – Procedimentos de auditoria contábil ou due-diligence de qualquer natureza (financeira, contábil, legal, ambiental, tributária ou trabalhista/previdenciária, etc); – Consultoria contábil ou jurídica, ou planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente no Brasil; – Fairness opinion nem solvency opinion; – Cálculo de carrying amount e/ou conclusão sobre existência ou não de perda por impairment; – Avaliação dos ativos intangíveis e/ou ativos tangíveis e/ou de ativos complexos; – Conversão dos demonstrativos financeiros BR GAAP para IFRS (e vice-versa); e – Atualização dos trabalhos para outras datas-base por conta de fatos ou circunstâncias que ocorram após a emissão do relatório final. Cabe ressaltar que o presente relatório e os resultados aqui apresentados não configuram recomendação de investimento ou desinvestimento na Prática. Partes interessadas que tenham acesso a esse relatório devem considerar suas próprias análises, devendo consultar seus próprios assessores financeiros, tributários e jurídicos, para definirem suas próprias conclusões, de forma independente.
Distribuição desse documento	Este documento é estritamente confidencial, para uso exclusivo no contexto aqui definido, e não deve ser disponibilizado a terceiros sem a autorização prévia da Forvis Mazars. A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso deste suporte ser usado, por completo ou em parte, por terceiros ou para outra finalidade. Essa limitação quanto a restrição para circulação para terceiros não se aplica aos casos previstos no escopo deste trabalho. Esse relatório deve ser interpretado em sua versão completa

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

1

Sumário executivo



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F30944DEE23156A69133C81A4494273F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (1/6)

Informações do avaliador

- A Forvis Mazars é um grupo internacional, integrado e independente de auditoria, consultoria financeira, tributária e Empresarial e serviços contábeis. Está presente em mais de 100 países e territórios, formando rede de 300 escritórios, com mais de 50.000 profissionais no mundo, sendo 1.200 na América Latina.
- No Brasil desde 1995, a Forvis Mazars fornece soluções abrangentes e personalizadas para seus clientes nacionais e internacionais. São cerca de 1000 profissionais em 8 escritórios: São Paulo – SP, Barueri – SP, Campinas – SP, Rio de Janeiro – RJ, Curitiba – PR, Joinville – SC, Fortaleza – CE e Belo Horizonte – MG.
- A seguir apresentamos algumas experiências recentes em avaliação de empresas ou de ativos:



Declarações do avaliador

- A Forvis Mazars, bem como seus sócios (e equipe) envolvidos diretamente nesse trabalho não possuem ações ou nenhum interesse direto ou indireto na Empresa objeto deste laudo.
- Não há qualquer conflito de interesse que represente risco a independência necessária à realização do presente trabalho.
- Os honorários recebidos em conexão com o escopo de nossos trabalhos não estão condicionados pelos resultados da presente avaliação.
- Os trabalhos de avaliação econômico-financeira aqui apresentados foram realizados com base em informações disponíveis ao público e em informações sobre a Empresa fornecidas pela administração, tais como demonstrações financeiras históricas, relatórios e informações gerenciais preparados pela administração, e plano de negócios preparado e aprovado pela administração da Empresa. Consideramos tais informações fidedignas. Dessa forma, a Forvis Mazars não submeteu tais dados e informações a procedimentos formais de auditoria ou validação.
- Este documento é estritamente confidencial, para uso exclusivo no contexto aqui definido, e não deve ser disponibilizado a terceiros sem a autorização prévia da Forvis Mazars. A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso deste relatório ser usado, por completo ou em parte, por terceiros ou para outra finalidade. Essa limitação quanto a restrição para circulação para terceiros não se aplica aos casos previstos no escopo deste trabalho. Esse relatório deve ser interpretado em sua versão completa.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4E36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (2/6)

Contexto geral

- A Prática Produtos S.A., fundada em 1991 e com sede em Pouso Alegre (MG), é uma fabricante de maquinário industrial para os setores de *food service* e panificação. A linha de fabricação engloba fornos combinados, fornos ultrarrápidos, ultracongeladores, além de equipamentos específicos para panificação e infraestrutura de cozinhas industriais. Os equipamentos destinam-se à operação de padarias, restaurantes, supermercados e unidades de alimentação em larga escala.
- A empresa possui 35 anos de operação no setor de *food service* e mantém atividade comercial em mais de 55 países. Sua infraestrutura internacional conta com subsidiárias operacionais no Chile (base técnica e comercial para a América Latina), nos Estados Unidos (distribuição na América do Norte) e na Alemanha (distribuição e suporte para a Europa).
- A Prática é uma empresa listada na B3 e avalia a possibilidade de realizar uma oferta pública de ações na bolsa espanhola (Bolsas e Mercados Españoles- BME), através de um convênio entre a B3 e a BME. A captação de recursos suportará a Administração da Prática no plano de expansão dos seus negócios. A Administração da Prática necessita realizar um de avaliação do valor econômico para estimar o valor da Empresa, considerando o movimento estratégico acima descrito.
- Tendo em vista esse contexto, e considerando que a Prática não possui histórico de transações ou eventos de liquidez que possam subsidiar a Administração com referência de valor da entidade, a Administração da Prática solicitou à Forvis Mazars assessoria independente no Estudo de Valor (avaliação econômico-financeira) da totalidade das ações da Empresa, com objetivo de suportar a Administração em seu processo interno de tomada de decisão, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado ("DCF" ou "FCD").
- O estudo de valor da Prática tem como objetivo subsidiar a administração em tomada de decisão estratégica interna quanto ao futuro dos negócios.

Fontes de informação e dados utilizados

- Dados sobre a Empresa fornecidos pela administração:
  - Demonstrações financeiras da Prática de 2022, 2023, 2024 e na data-base;
  - Informações referentes aos empréstimos e financiamentos existentes, na data-base 31.12.2025 ("Posição Endividamento.xlsx");
  - Informações referentes a leasing e aluguéis de máquinas e equipamentos em conformidade com a IFRS 16 na data-base 31.12.2025 ("Prática 12-2025 IFRS 16 ver 31-12-2025.xlsx");
  - Informações gerenciais referentes a receitas e custos, segregados entre a Prática na data-base 31.12.2025 ("4.7. niveles de concentración.xlsx");
  - Premissas operacionais de projeção, perspectivas de crescimento, margens e investimentos para o negócio ("Bplan Pratica (limpo).xlsx");
- Entrevistas com executivos / representantes da administração: André Rezenda (CEO), Silvio Francisco da Silva (Controladoria) e Marc Grossmann (Assessor Financeiro).
- Dados e informações de bases privadas da Forvis Mazars. Entre outras: dados de empresas, múltiplos de mercado e parâmetros para cálculo de taxa de desconto: Capital IQ, Merger Market, Kroll Cost of Capital Navigator.
- Dados e informações públicas. Entre outras: Dados macroeconômicos históricos e projetados: projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central (Relatório Focus), website do Ipeadata, website da CVM, BNDES, BACEN, FMI entre outros. Dados e estudos de mercado encontrados em fontes públicas.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (3/6)

Escopo dos trabalhos

- O escopo de trabalho envolveu os seguintes procedimentos:
  - Alinhamento prévio com a administração sobre abordagem metodológica e critérios a serem considerados no estudo de valor das ações da Prática considerando os objetivos do trabalho, a situação dos ativos a serem avaliados, condições do mercado na data-base e a disponibilidade de informações sobre a Empresa;
  - Entendimento dos dados econômicos e financeiros históricos da Prática;
  - Entrevistas com a administração visando entendimento sobre situação atual da Prática e perspectivas para os negócios;
  - Discussão com a administração sobre os planos de negócios (projeções de longo prazo) preparados pela administração;
  - Elaboração de projeções de resultados e fluxos de caixa operacionais (FCFF) com base no plano de negócios preparados pela administração e em premissas discutidas com a administração;
  - Cálculo de taxa de desconto (metodologia do WACC). Cálculo do Enterprise Value (EV) e do Equity Value da Prática com base no DCF.
  - Análise de sensibilidade com relação a certas variáveis críticas.
  - Análise corroborativa de múltiplos, caso existam informações disponíveis; e
  - Apresentação dos resultados, metodologia, premissas e projeções para a administração.
- Não faz parte do escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligence de qualquer natureza e/ou investigações forenses, (iii) consultoria contábil, (iv) elaboração de fairness opinion ou solvency opinion, (v) avaliação de ativos intangíveis, tangíveis ou de ativos complexos (cálculos derivativos), (vi) consultoria legal ou jurídica ou planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente e/ou cálculo do ágio ou qualquer elaboração de estudos para outra data-base

Resultados

- O quadro abaixo representa o estudo de valor da Prática na data-base 31.12.2025, com base no DCF.

Avaliação econômico-financeira
Data-base: 31.12.2025

Avaliação Econômico-Financeira [BRL 000]	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ	
Tx desconto: WACC [%aa]	14,9%	15,4%	15,9%	
VP dos fluxos de caixa projetados	287.652	279.710	272.050	[1]
VP dos fluxos de caixa perpetuidade	451.956	413.693	379.544	[2]
VP dos fluxos de caixa [Enterprise Value]	**739.608**	**693.402**	**651.594**	[3]=[1]+[2]
[+] Ativos não Operacionais	86.456	86.456	86.456	
[-] Passivos não Operacionais	(158.961)	(158.961)	(158.961)	
Ajustes não-operacionais	**(72.505)**	**(72.505)**	**(72.505)**	[4]
Equity Value de 100% da Empresa	**667.103**	**620.897**	**579.089**	[5]=[3]+[4]
Indicadores:				
EV / EBITDA 2025	17,1x	16,0x	15,1x	
EV / EBITDA 2025 ajustado	14,4x	13,5x	12,7x	[6]
EV / EBITDA 2026	13,0x	12,2x	11,4x	

Notas:
[1] Fluxos de caixa projetados entre 01.01.2026 e 31.12.2035 [~10 anos]
[2] Fluxos de caixa da perpetuidade.
[4] Saldo informado. Demonstrações financeiras auditadas
[6] EBITDA contábil de 2025 acrescido de R$ 8 milhões, conforme informação da Administração

- **Conclusão:** o estudo de valor de 100% das ações da Prática resultou em um valor de investimento estimado no intervalo entre BRL 579,1 milhões (mínimo) e BRL 667,1 milhões (máximo), com valor central correspondendo a BRL 620,9 milhões na data-base 31.12.2025.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (4/6)

Resultados

- O quadro abaixo representa o estudo de valor da Prática considerando o cenário da Administração na data-base 31.12.2025, com base no DCF.

Avaliação econômico-financeira
Data-base: 31.12.2025

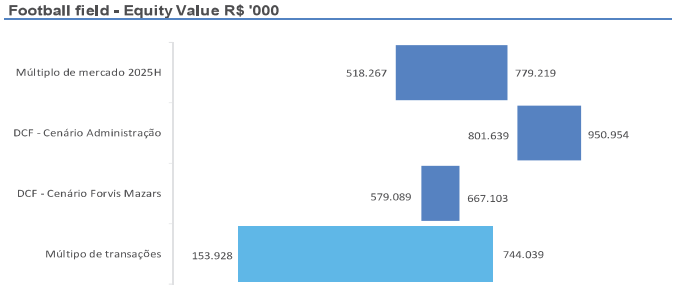
Avaliação Econômico-Financeira [BRL 000]	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ	
Tx desconto: WACC [%aa]	13,1%	13,6%	14,1%	
VP dos fluxos de caixa projetados	319.281	310.196	301.442	[1]
VP dos fluxos de caixa perpetuidade	704.178	633.789	572.702	[2]
VP dos fluxos de caixa [Enterprise Value]	**1.023.459**	**943.985**	**874.144**	[3]=[1]+[2]
[+] Ativos não Operacionais	86.456	86.456	86.456	
[-] Passivos não Operacionais	(158.961)	(158.961)	(158.961)	
Ajustes não-operacionais	**(72.505)**	**(72.505)**	**(72.505)**	[4]
Equity Value de 100% da Empresa	**950.954**	**871.480**	**801.639**	[5]=[3]+[4]
Indicadores:				
EV / EBITDA 2025	23,6x	21,8x	20,2x	
EV / EBITDA 2025 ajustado	20,0x	18,4x	17,0x	[6]
EV / EBITDA 2026	18,0x	16,6x	15,3x	

Notas:
[1] Fluxos de caixa projetados entre 01.01.2026 e 31.12.2035 [~10 anos]
[2] Fluxos de caixa da perpetuidade.
[4] Saldo informado. Demonstrações financeiras auditadas
[6] EBITDA contábil de 2025 acrescido de R$ 8 milhões, conforme informação da Administração

- **Conclusão:** o estudo de valor de 100% das ações da Prática considerando o cenário da Administração resultou em um valor de investimento estimado no intervalo entre BRL 801,6 milhões (mínimo) e BRL 950,9 milhões (máximo), com valor central correspondendo a BRL 871,4 milhões na data-base 31.12.2025.

Resultados

- O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos para o estudo de valor da Prática na data-base 31.12.2025:



Fonte: S&P Capital IQ e Forvis Mazars
** O múltiplo de transações foi calculado com base em informações disponíveis no S&P Capital IQ. No entanto, a análise deve ser interpretada com cautela, tendo em vista a limitada disponibilidade de dados públicos para transações comparáveis, a elevada amplitude dos valores observados e a existência de transações com datas antigas na amostra, incluindo operações realizadas desde 2008. Dessa forma, os resultados apresentados devem ser considerados apenas como referência indicativa de mercado.*

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (5/6)

Limitações (1/3)

- Na elaboração desse trabalho foram utilizados informações e dados (históricos ou projeções) fornecidas pela administração da Empresa ou disponíveis em fontes públicas ou exclusivas, os quais foram considerados razoáveis e fidedignos e portanto não foram objeto de procedimentos de auditoria ou revisão pela Forvis Mazars. Nossa conclusão depende da exatidão, confiabilidade ou integridade de qualquer informação fornecida a nós, sobre as quais a administração permanece como única responsável.
- Este material apresenta as análises feitas com base em informações e premissas fornecidas e discutidas com a administração. As análises, premissas e resultados apresentados são apenas estimativas e não são garantia ou promessa de rentabilidade e resultados futuros ou isenção de risco pela Forvis Mazars, visto que as premissas e projeções estão sujeitas a diversos fatores externos circunstanciais e de mercado que não são previsíveis ou controláveis.
- Não faz parte do escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligence de qualquer natureza, e/ou investigações forenses, (iii) consultoria contábil ou preparação de demonstrações financeiras das investidas, (iv) elaboração de fairness Opinion ou solvency opinion, (v) avaliação de ativos intangíveis ou fixos ou de ativos complexos (cálculos derivativos), (vi) consultoria legal ou jurídica ou planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente e/ou cálculo do ágio ou conclusão sobre o mesmo para fins fiscais, (vii) estudos de mercado (preços/ demanda), (viii) fornecimento de modelos e/ ou planilhas, (ix) conversão dos demonstrativos financeiros de local GAAP para IFRS (e vice-versa), nem (x) atualização dos estudos para outra data-base.
- Trabalhos de avaliação de empresas ou negócios não constituem uma ciência exata. Como tal, as conclusões também dependem do julgamento individual. Os resultados indicados no presente documento não constituem recomendação de valor expressa ou indireta da Forvis Mazars.

Limitações (2/3)

- Cada investidor ou analista deve considerar sua própria análise, devendo consultar seus próprios assessores financeiros, tributários e jurídicos, para definirem suas próprias conclusões, de forma independente.
- O nosso relatório se destina ao objetivo exposto no contexto e objetivos da proposta, sendo destinados a uso exclusivo da administração da Empresa. A circulação e distribuição do nosso relatório a terceiros poderá ser realizada somente com autorização prévia da Forvis Mazars. Esse relatório deve ser interpretado e circulado, quando autorizado, em sua versão completa.
- A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso de nossos relatórios serem usados, por completo ou em parte, por terceiros ou para outra finalidade distinta da explicitamente definida em nossa proposta. Dessa forma, a utilização dos valores determinados no presente documento para qualquer outra análise ou processo decisório sobre a empresa ou sobre investimentos ou desinvestimentos na empresa, ou para qualquer outra finalidade não contemplada no objetivo do trabalho, não é de responsabilidade da Forvis Mazars.
- Este documento não constitui julgamento, opinião, proposta, solicitação ou recomendação à administração ou acionistas da Empresa, ou a qualquer terceiro, quanto à conveniência e oportunidade, ou quanto à decisão de aprovação, realização de qualquer investimento ou desinvestimento em ações da Empresa. Este documento não poderá ser utilizado para justificar ou fundamentar qualquer decisão nesse sentido.
- Este documento não tem o objetivo de ser a única base para a análise de valor da Empresa. Quaisquer decisões que forem tomadas em contexto e objetivos distintos daquele pertinente a nossa proposta, seja pela administração, seus acionistas, ou demais agentes incluindo potenciais investidores são de suas únicas e exclusivas responsabilidades.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Sumário executivo (6/6)

Limitações (3/3)

- A Forvis Mazars não assume qualquer responsabilidade ou obrigação de indenizar relacionada à exatidão, veracidade, integridade, consistência, suficiência, razoabilidade e precisão das Informações disponibilizadas pela administração (dados financeiros e gerenciais históricos e projeções), as quais são de única e exclusiva responsabilidade da Empresa.
- A administração da Empresa assegurou a Forvis Mazars de (i) que as informações a nós disponibilizadas para a execução dos trabalhos são completas, corretas e suficientes, (ii) as informações disponibilizadas relativas a projeções representam suas melhores estimativas na data em que foram preparadas. Foi assegurado a Forvis Mazars que administração não têm conhecimento, até o presente momento, de nenhum fato que possa alterar tais expectativas, e que as projeções foram feitas com base em experiências passadas dos administradores e com base em estimativas que podem não se concretizar no futuro.
- Em 15.12.2023, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/19) e seu texto passa a integrar a Constituição Federal sob o título de Emenda Constitucional EC 132/. As alterações previstas pela EC 132/ no sistema tributário nacional deverão ser objeto de lei complementar federal, e serão implementadas gradualmente ao longo dos próximos anos. Essas alterações potenciais poderão afetar a carga tributária atual da empresa e, portanto, poderão também alterar a efetiva rentabilidade futura da Empresa. No entanto, como essas mudanças ainda dependem de legislação complementar a ser definida no Congresso Nacional e estarão sujeitas a discussões, alterações e à aprovação do Poder Executivo, ainda não se tem clareza sobre os efeitos tributários da EC 132/ em cada setor da atividade econômica. Dessa forma, e conforme discutido e alinhado com a administração, nas projeções realizadas em nossas análises foram consideradas as alíquotas e bases de cálculo de impostos vigentes na data-base da análise.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 26598996 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

2

Metodologia



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A9133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Metodologia

- Existem três abordagens metodológicas para a avaliação do valor de ativos ou empresas: a abordagem da renda, a abordagem de mercado e a abordagem do custo. A definição da abordagem de avaliação no caso concreto depende de uma série de fatores, tais como existência de mercado ativo, disponibilidade e qualidade das informações disponíveis sobre o ativo, situação do ativo e do ambiente econômico, finalidade da avaliação, entre outras. As abordagens metodológicas apresentam vantagens e desvantagens:

Item	Descrição	Comentário
Abordagem de mercado	• Segundo essa abordagem, o valor de um ativo é determinado por preços ou múltiplos gerados por transações de mercado observadas para ativos idênticos ou comparáveis ou similares. • Método mais utilizado para avaliação de empresas na abordagem de mercado: (1) **preço médio ponderado das ações cotadas em bolsa de valores** ou (2) **múltiplos de transações comparáveis** ou (3) **múltiplos de mercado de empresas comparáveis.**	• Vantagem: Para empresas cujas ações apresentam liquidez no mercado, o valor estimado com base no preço médio ponderado de ações tende a refletir uma percepção adequada sobre o valor da ação. Essa característica do método não é absoluta, devendo ser revista caso a caso, conforme a situação do ativo (empresa) e dos mercados. • Desvantagem. A maior parte das empresas não possuem ações cotadas em bolsa. E pode haver dificuldades na obtenção de dados públicos de transações ou empresas comparáveis.
Abordagem do custo (Asset Based Approach)	• Segundo essa abordagem, o valor das ações das Empresas corresponde aos valores dos patrimônios líquidos das Empresas na data-base, dividido pelo número de ações excluindo ações em tesouraria. Recomenda-se avaliação a valor justo dos ativos e passivos caso aplicável. • Método mais utilizado dentro da abordagem do custo na avaliação de empresas: método do **Patrimônio Líquido Ajustado a Valor de Mercado** (PLA) ou **Net Asset Value** (NAV).	• Vantagem: método que tende a ser mais objetivo e menos sujeito a premissas de avaliação. Pode capturar o valor justo de ativos e passivos. • Desvantagem: tende a não capturar em geral as perspectivas de rentabilidade futura para o negócio avaliado, na medida em que tende a (i) refletir apenas os desempenhos históricos das Empresas e (ii) não capturar as perspectivas futuras do negócio (nem seus riscos).
Abordagem da renda	• Abordagem baseada em projeções de longo prazo para as Empresas, e na análise do setor e do ambiente econômico. O valor do ativo ou empresa está ligado a sua geração futura de renda ou caixa. • Métodos mais utilizados dentro da abordagem da renda na avaliação de empresas: **fluxo de caixa descontado** (DCF), com base no critério do fluxo de caixa da firma (FCFF) ou fluxo de caixa do acionista (FCFE), ou de **fluxos de dividendos futuros** (DDM).	• Vantagem. Tem como vantagem o fato de capturar as perspectivas de rentabilidade futura para o negócio avaliado, e os riscos do negócio. Tende a ser método adequado para empresas em situação perspectivas de continuidade operacional com geração de margens positivas no período projetivo, e que não tenham ações cotadas em bolsa. • Desvantagem: resultados sensíveis a premissas de avaliação, subjetividade na definição de premissas.

- O Estudo de Valor tem como objetivo estimar o valor de investimento de 100% das ações da Prática na data-base 31 de dezembro de 2025 com base na abordagem da renda (DCF, critério - FCFF). Os resultados obtidos foram analisados comparando-se os múltiplos implícitos de valor com múltiplos de transações comparáveis e múltiplos de mercado de empresas comparáveis conforme a disponibilidade de dados disponíveis e que sejam aplicáveis / comparáveis (conforme nosso julgamento).

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DFF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

3

Breve descrição do setor



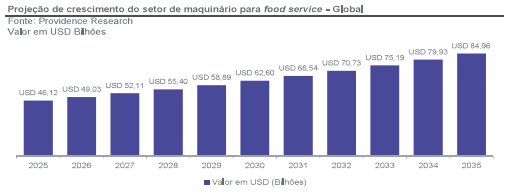
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A449427 3F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Breve descrição do setor

Mercado de equipamentos de food service global (1/2)

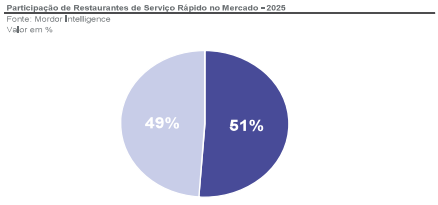
- A partir do relatório "Food Service Equipment Market" publicado pela Towards FnB, o mercado global de equipamentos de food service foi estimado em USD 46 bilhões em 2025, com projeção de crescimento para USD 85 bilhões até 2035, com uma taxa de crescimento agregada em 6,3%.



- O crescimento reflete a tendência de mudança estrutural para sistemas de cozinhas que sejam mais automatizados, eficientes e digitalmente conectados, onde as operações de food service globais demonstram priorizarem além da eficiência, segurança alimentar e escalabilidade em meio a redução de oferta de trabalho e aumento de custos operacionais
- No cenário global, na América do Norte há demandas por equipamentos tecnologicamente avançados, conectados com IA e Internet das Coisas (Internet of Things ou "IoT" em inglês), onde a diversidade do mercado de food service impulsiona a demanda por uma maior variedade de equipamentos. Na Europa o cenário é impulsionado por demanda de equipamentos ecologicamente sustentáveis, onde casos como a Alemanha, com uma crescente de restaurantes quick service e cloud kitchens impulsionam o setor.

Mercado de equipamentos de food service no Brasil (2/2)

- De acordo com o relatório de Food Service Equipment da Grand View Research, o mercado do Brasil tem registrado um crescimento estável e constante, apoiado pela recuperação do setor de turismo e o crescente investimento em cozinhas comerciais modernas. A expansão de restaurantes de serviço rápido e franquias de alimentação casual direcionam a demanda para equipamentos mais eficientes, duráveis e sustentáveis energeticamente, onde a reforma de cozinhas existes e a adoção de cozinhas padronizadas também tem contribuido para expansão do mercado.
- Segundo a Grand View Research, o mercado brasileiro de equipamentos para serviços de alimentação atingiu US$ 915,1 milhões em 2025 e há expectative de que cresça a uma taxa anual media (CAGR) de 8,7% entre 2026 e 2033, alcançando US$ 1,8 bilhão até 2033.
- O relatório "Brazil Foodservice Market" da Mordor Intelligence estima o mercado brasileiro de food service em USD 18 bilhões em 2026, sendo a urbanização e o aumento de pagamentos digitalizados indicadores de uma mudança estrutural em direção ao aumento de demanda para refeições fora de casa. Os restaurantes de serviço rápido tem sustentado maior crescimento, representando 51,07% da receita do mercado em 2025, enquanto as *cloud kitchens* apresentam uma projeção de crescimento agregado a 11,18% até 2031.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4E36944DFE23158A69133C81A4942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

4

Breve descrição da empresa

4.1 Histórico 20



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44[illegible]2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática | Breve descrição da empresa (1/3)

Breve descrição da Empresa

- Fundada em 1991 com sede localizada na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais, a Prática Produtos S.A. dedica-se ao desenvolvimento e fabricação de equipamentos para os setores de *food service* e panificação. Atualmente, a Prática está presente em mais de 50 países e tem subsidiárias no Chile, Estados Unidos e Europa.
- O portfólio da empresa engloba maquinário para processamento de alimentos e é estruturado nas seguintes categorias operacionais:
  - Fornos Ultrarrápidos (Speed Ovens): Equipamentos de cocção acelerada, projetados para finalização de alimentos pré-prontos
  - Fornos Combinados: Equipamentos que unem calor seco e vapor, possibilitando assar, grelhar, cozinhar, fritar e regenerar alimentos, com padronização e controle de temperatura e umidade
  - Panificação: Linha de automação com equipamentos destinados para o processo de panificação
  - Resfriamento: Ultracongeladores projetados para resfriamento ou congelamento rápido
  - Linha complementar: Micro-ondas comerciais e fornos de esteira para produção contínua de pizzas, lava-louças, entre outros equipamentos.
- A Empresa fornece através de sua loja online, insumos complementares destinados à limpeza e conservação de seu portfólio industrial. O catálogo online abrange agentes químicos de higienização, como desengordurantes e pastilhas de limpeza homologadas, além de peças de reposição e componentes técnicos voltados à manutenção preventiva dos equipamentos operacionais.

Breve análise SWOT:

- **SWOT.** O quadro abaixo sumariza as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades identificadas com base nas entrevistas conduzidas com a Administração:

Pontos Fortes:	**Oportunidades:**
(i) Forte presença no mercado de food service brasileiro. (ii) Rede de assistência ampla através do suporte técnico e pós-venda; (iii) Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas a melhor eficiência dos equipamentos.	(i) Expansão de operações internacionais nos mercados da América do Norte e Europa; (ii) Digitalização com Internet das Coisas (IoT)
Pontos Fracos:	**Ameaças:**
(i) Dependência de componentes eletrônicos importados; (ii) Complexidade de operação de equipamentos; e (iii) Grande parcela da produção atreladaa ao "risco-brasil".	(i) Concorrência Global, com presença de players internacionais dominantes; (ii) Instabilidade econômica global causada por fatores geopolíticos externos.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática | Breve descrição da empresa (2/3)

Resultados históricos | Balanço patrimonial

- O quadro abaixo apresenta os ativos da Prática na data-base:

Prática Produtos S.A.
Data-base: 31.12.2025

Ativo (BRL 1.000)	2022H	2023H	2024H	2025H
Ativo Circulante	**157.958**	**179.126**	**229.600**	**276.758**
Caixa e equivalentes de caixa	4.481	7.985	10.404	8.207
Aplicações financeiras	30.195	25.874	53.603	67.159
Aplicações caucionadas	2.794	2.485	1.771	404
Contas a receber de clientes	45.344	67.878	63.441	65.334
Estoques	63.268	67.792	93.386	125.638
Impostos a recuperar	7.498	4.059	4.530	6.730
Despesas antecipadas	2.763	1.825	1.418	1.674
Dividendos a receber	150	212	135	-
Outros ativos	1.465	1.016	912	1.612
Ativo Não Circulante	**63.943**	**68.961**	**68.499**	**74.044**
Impostos a recuperar	12.263	13.267	7.223	7.862
Aplicações caucionadas	4.666	2.538	780	4.080
Ativo fiscal diferido	3.100	4.746	5.797	1.705
Outros ativos	237	96	168	510
Investimentos	2.499	3.379	2.979	3.124
Imobilizado	28.637	33.405	40.419	45.949
Intangível	12.541	11.530	11.133	10.814
Ativo Total	**221.901**	**248.087**	**298.099**	**350.802**

Fonte: Demonstrações financeiras / Informação gerencial

Resultados históricos | Balanço patrimonial

- O quadro abaixo apresenta os passivos da Prática na data-base:

Prática Produtos S.A.
Data-base: 31.12.2025

Passivo (BRL 1.000)	2022H	2023H	2024H	2025H
Passivo Circulante	**97.152**	**105.745**	**121.775**	**125.110**
Empréstimos e financiamentos - CP	32.945	40.211	46.751	48.838
Arrendamento mercantil	686	641	487	758
Fornecedores	18.380	18.782	26.239	29.371
Operação de risco sacado	4.331	3.400	3.436	7.268
Obrigações tributárias	1.163	2.996	2.329	3.405
Obrigações trabalhistas e sociais	5.495	6.542	7.627	7.339
Receitas a realizar	8.831	6.287	3.953	2.094
Adiantamento de clientes	13.102	9.615	13.977	9.141
Partes relacionadas	1.471	1.032	1.397	1.185
Dividendos a pagar	4.277	6.822	6.704	8.000
Provisões diversas	6.104	8.925	8.579	7.496
Outros passivos	367	492	296	215
Passivo Não Circulante	**47.243**	**64.712**	**74.758**	**126.699**
Empréstimos e financiamentos - LP	41.790	61.538	46.090	80.954
Debêntures	-	-	25.000	25.000
Dividendos a pagar	-	-	-	16.000
Arrendamento mercantil	354	643	675	976
Fornecedores	997	427	-	-
Provisão para riscos processuais	467	718	645	683
Passivo fiscal diferido	995	-	-	-
Obrigações tributárias	106	45	-	868
Provisões diversas	2.534	1.341	2.348	2.218
Patrimônio Líquido	**77.506**	**77.630**	**101.566**	**98.993**
Passivo Total	**221.901**	**248.087**	**298.099**	**350.802**

Fonte: Demonstrações financeiras / Informação gerencial

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática | Breve descrição da empresa (3/3)

Resultados históricos | Demonstração de Resultados

- O quadro apresenta a demonstração de resultados da Prática na data-base:

Prática Produtos S.A.
Data-base: 31.12.2025

DRE Histórico [BRL 000]	2022H	2023H	2024H	2025H
Receita bruta	303.756	382.817	413.708	467.671
Impostos	(54.893)	(66.327)	(75.242)	(78.974)
Receita liquida	248.863	316.490	338.466	388.697
Custos operacionais	(137.434)	(166.292)	(169.203)	(201.214)
Lucro bruto	111.429	150.198	169.263	187.483
% ROL	45%	47%	50%	48%
Despesas gerais e administrativas	(52.106)	(62.196)	(74.721)	(94.303)
Despesas comerciais	(29.239)	(34.140)	(44.499)	(49.885)
EBITDA	30.084	53.862	50.043	43.295
% ROL	12%	17%	15%	11%
Depreciação e amortização	(5.168)	(5.440)	(5.088)	(6.129)
EBIT	24.916	48.422	44.955	37.166
% ROL	10%	15%	13%	10%
Financeiras	(5.983)	(7.168)	(4.321)	(8.258)
Outras receitas (despesas) não operacionais	1.534	(469)	4.598	906
EBT	20.467	40.785	45.232	29.814
IRCS	(2.459)	(11.726)	(12.609)	(9.616)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	32.623	20.198

Fonte: Demonstrações financeiras Gerenciais fornecidas pela Administração

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

5

Avaliação | Premissas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 3130004270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A4942713F2DBzZ... Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 265989965 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Premissas gerais

Critérios e premissas gerais

- **Abordagem metodológica:** O estudo de valor da Empresa foi baseado na abordagem da renda (método do fluxo de caixa descontado ou DCF). Os fluxos de caixa livres para a firma (FCFF) foram descontados a valor presente pelo WACC (custo médio ponderado de capital para os provedores de capital da Empresa), e deduzidos de ativos e passivos não-operacionais. Os fluxos de caixa da Empresa foram preparados em bases consolidadas, considerando as operações brasileiras e operações de subsidiárias estrangeiras.
- **Padrão de valor:** valor de investimento.
- **Moeda e data-base:** as projeções de resultados e fluxos de caixa da Empresa, foram preparados em moeda nominal ou corrente (BRL nominais, correntes), considerando efeitos inflacionários na data-base 31.12.2025.
- **Taxa de desconto:** considerou-se taxa de desconto em termos nominais (com efeitos inflacionários), calculada com base na metodologia do WACC.
- **Fator de desconto dos fluxos de caixa:** considerou-se o critério de "*mid-period*".
- **Horizonte de projeção e valor residual:** considerou-se projeção dos fluxos de caixa até 31.12.2035 no período explícito para ambos os cenários. Para o cálculo da perpetuidade, utilizou-se o modelo de Gordon. No cenário base, o crescimento real do valor residual foi estimado em 1%, enquanto para o cenário da Administração, o crescimento real do valor residual foi estimado em 1,9%.

Dados macroeconômicos

- Nossas análises consideram premissas macroeconômicas retiradas de fontes públicas, como o Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil, na data de referência 31.12.2025:

Data-base: 31.12.2025

Indicadores Macroeconômicos		2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Descrição		-1	1	2	3	4	5
Meses por Período		12	12	12	12	12	12
PIB	%	2,28%	1,80%	1,88%	2,00%	2,06%	2,06%
IPCA	%	4,26%	4,06%	3,75%	3,57%	3,52%	3,52%
IGP-M	%	-1,04%	3,85%	3,88%	3,85%	3,77%	3,78%
CPI	%	2,70%	2,20%	2,48%	2,21%	2,20%	2,19%
Diferencial de Inflação	%	1,52%	1,82%	1,24%	1,33%	1,29%	1,30%
Selic (EoP)	%	15,00%	12,22%	10,38%	9,79%	9,61%	9,49%
Selic (Avg)	%	13,63%	13,61%	11,30%	10,08%	9,70%	9,55%
Taxa de câmbio (EoP)	BRL / USD	5,50	5,50	5,49	5,51	5,55	5,62
Taxa de câmbio (Avg)	BRL / USD	5,59	5,50	5,49	5,50	5,53	5,59
Variação cambial	%	-11,1%	-0,1%	-0,2%	0,3%	0,8%	1,3%

Fonte: Banco Central/ Ipea Data/ Portal Brasil

Data-base: 31.12.2025

Indicadores Macroeconômicos		2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
Descrição		6	7	8	9	10	-
Meses por Período		12	12	12	12	12	12
PIB	%	2,06%	2,06%	2,06%	2,06%	2,06%	2,06%
IPCA	%	3,52%	3,52%	3,52%	3,52%	3,52%	3,52%
IGP-M	%	3,78%	3,78%	3,78%	3,78%	3,78%	3,78%
CPI	%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Diferencial de Inflação	%	1,49%	1,49%	1,49%	1,49%	1,49%	1,49%
Selic (EoP)	%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%
Selic (Avg)	%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%	9,49%
Taxa de câmbio (EoP)	BRL / USD	5,71	5,79	5,88	5,97	6,06	6,15
Taxa de câmbio (Avg)	BRL / USD	5,67	5,75	5,84	5,92	6,01	6,10
Variação cambial	%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%

Fonte: Banco Central/ Ipea Data/ Portal Brasil

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

6

Avaliação | Premissas Específicas



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A.. Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – Premissas de projeção

Item	Descrição
1. Premissa geral	▪ Conceito geral: as projeções foram preparadas tendo como referência o plano de negócios preparado pela Administração, considerando ajustes adicionados pela Forvis Mazars visando adequação ao objetivo do trabalho. ▪ Negócios: foram considerados os negócios existentes em situação "as-is" (crescimento orgânico, sem aquisições).
2. Receita bruta	▪ A receita bruta da Prática é formada por receita operacional – mercado nacional e receita operacional – mercado internacional. – O crescimento das receitas foi projetado considerando o volume de vendas dos equipamentos comercializados, multiplicado pelo ticket médio desses produtos. Foram consideradas as mudanças do mix de produtos e descontinuação de algumas linhas pontuais de produtos, conforme premissa da Administração. De modo geral, a receita foi projetada para os mercados interno (nacional) e mercado externo. – Mercado nacional: i) de 2026 a 2032, considerou-se o volume de equipamentos comercializados em linha com o plano de negócios da Administração, multiplicado pelo ticket médio corrigido pela inflação; ii) a partir de 2033 até 2035, considerou-se crescimento do volume de vendas em linha com o PIB, e manteve-se a correção de preços pelo IPCA. Para a perpetuidade, foi considerado o reajuste de preços pelo IPCA acrescido de um crescimento real de 1% (volumes), conforme discutido com a Administração. – Mercado internacional: i) de 2026 a 2032, considerou-se o volume de equipamentos comercializados em linha com o plano de negócios da Administração, multiplicado pelo ticket médio corrigido pelo CPI norte-americano e convertido para o câmbio BRL / USD (considerando que as vendas no mercado externo foram projetadas em dólares americanos); ii) a partir de 2033 até 2035, considerou-se crescimento do volume de vendas em linha com o PIB, e manteve-se a correção de preços pelo CPI e convertido pela taxa de câmbio projetada. Para a perpetuidade, considerou-se a correção de preços pelo CPI convertido pelo câmbio projetado o crescimento real (volume de vendas) de 1%, conforme discutido com a Administração.
3. Deduções	▪ Foram projetados de acordo com a média histórica: – Impostos sobre vendas: 14,0% da ROB em 2026, reduzindo até 10,5% na perpetuidade, em função do aumento da representatividade das receitas do mercado externo no Business. – Descontos e devoluções: 2,4% da ROB durante todo o período projetivo.
4. Custos operacionais	▪ Foram segregadas em custos fixos e variáveis, conforme premissas informadas pela administração na data-base. Todas as categorias de custos foram analisadas (custos com matéria-prima, fabricação, revenda, salários, material de consumo, entre outros) e considerando sua natureza variável, todos os custos foram projetados como 100% variáveis, como um percentual da ROL, resultado em uma margem bruta projetada de 47,3%

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – Premissas de projeção

Item	Descrição
5. Despesas operacionais	▪ As Despesas operacionais: foram projetados divididas em gerais e administrativas e comerciais, conforme a seguir: ▪ **Despesas gerais e administrativas:** – Despesas com salários e outros custos com pessoal: foram consideradas 75% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 25% variáveis (% da ROL); – Despesas com serviços de terceiros: foram consideradas 50% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 50% variáveis (% da ROL); – Despesas com infraestrutura: foram consideradas 100% fixas (variam conforme o IPCA projetado); – Despesas operacionais: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Despesas com pesquisa e desenvolvimento: foram consideradas 100% fixas (variam conforme o IPCA projetado); – Despesas com impostos e encargos: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Outras despesas gerais e administrativas: foram consideradas 75% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 25% variáveis (% da ROL); e – Despesas de aluguel - IFRS 16: foram consideradas 100% fixas (variam conforme o IPCA projetado). ▪ **Despesas comerciais:** – Despesas com comissões sobre vendas: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Despesas com propaganda: foram consideradas 25% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 75% variáveis (% da ROL); – Despesas com assistência técnica terceirizada: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Despesas com custo de peças de reposição em garantia: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Despesas com treinamento de clientes: foram consideradas 50% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 50% variáveis (% da ROL); – Despesas com promoções e bonificações: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); – Despesas com fretes: foram consideradas 100% variáveis (% da ROL); e – Outras despesas comerciais: foram consideradas 50% fixas (variam conforme o IPCA projetado) e 50% variáveis (% da ROL). Adicionalmente, as despesas foram projetadas considerando a sua natureza (fixa ou variável) e também foram calibradas para que a margem EBITDA projetada se adequasse ao plano de negócios informado pela Administração e às margens históricas da Empresa.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – Premissas de projeção

Item	Descrição
6. Depreciação e amortização	▪ Depreciação: Refere-se à depreciação dos ativos imobilizados existentes considerando a natureza de cada classe de ativos. Para os novos ativos foi considerada a taxa média de 11,1% a.a. ▪ Amortização: Refere-se à amortização dos ativos intangíveis existentes considerando a natureza de cada classe de ativos. Para os novos ativos foi considerada a taxa média de 18,2% a.a.
7. Capex	▪ Projeção Capex imobilizado: entre 2026 e 2032, foi considerado na projeção o investimento estimado pela Administração em seu plano de negócios. Conforme discutido com a Administração, o CAPEX estimado para esse período refere-se tanto à manutenção da estrutura fabril já instalada, assim como financiamento da expansão necessária para aumento da capacidade produtiva que suporta o crescimento do plano de negócios. Para o período de 2033 até a perpetuidade, foi considerado o reinvestimento da depreciação do período anterior acrescido da inflação (IPCA) do período. ▪ Projeção Capex intangível: foi considerado o reinvestimento da amortização do período anterior acrescido da inflação (IPCA) do período. Perpetuidade: capex = amortização. Cabe ressaltar que não foram considerados investimentos relevantes para intangíveis, considerando que grande parte do P&D da Prática é contabilizado como despesa e que a maior parte do ativo intangível registrado no balanço da Empresa advém de ágio de aquisição.
8. IRPJ e CSLL	▪ IRCS: Foi considerada alíquota media de 31% de imposto de renda e contribuição social, que varia ao longo da projeção, dependendo a representantividade das vendas entre mercado nacional x mercado externo. Prejuízo fiscal: A Companhia não possuía prejuízos fiscais acumulados nem bases negativas de CSLL na data-base da avaliação.
9. Capital de giro	▪ Capital de giro: drivers de capital de giro foram mantidos constantes ao longo da projeção, o que resultou em capital de giro líquido médio de aproximadamente 33,6% da ROL ao longo da projeção.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – DRE projetado

DRE Projetado [BRL 000]		2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-
Receita bruta		303.756	382.817	413.708	467.671	536.727	617.912	742.198	894.893	1.071.725	1.242.193	1.431.699	1.508.815	1.590.100	1.675.780	1.752.172
Impostos		(54.893)	(66.327)	(75.242)	(78.974)	(87.682)	(96.119)	(111.003)	(126.460)	(144.358)	(163.252)	(184.548)	(194.489)	(204.967)	(216.011)	(225.858)
Receita liquida		248.863	316.490	338.466	388.697	449.045	521.793	631.195	768.433	927.367	1.078.941	1.247.150	1.314.326	1.385.134	1.459.769	1.526.314
Custos operacionais		(137.434)	(166.292)	(169.203)	(201.214)	(236.509)	(274.825)	(332.447)	(404.729)	(488.438)	(568.271)	(656.866)	(692.247)	(729.541)	(768.851)	(803.900)
Lucro bruto		111.429	150.198	169.263	187.483	212.536	246.968	298.749	363.704	438.929	510.670	590.284	622.079	655.593	690.918	722.414
Despesas gerais e administrativas		(52.106)	(62.196)	(74.721)	(94.303)	(101.469)	(111.245)	(124.905)	(141.581)	(160.644)	(178.996)	(199.200)	(208.698)	(218.666)	(229.127)	(238.813)
Despesas comerciais		(29.239)	(34.140)	(44.499)	(49.885)	(54.057)	(62.420)	(74.935)	(90.607)	(108.743)	(126.048)	(145.243)	(152.994)	(161.161)	(169.766)	(177.460)
EBITDA		30.084	53.862	50.043	43.295	57.010	73.304	98.909	131.516	169.542	205.626	245.841	260.387	275.766	292.024	306.141
Despesa de aluguel - IFRS16						(1.082)	(1.122)	(1.162)	(1.203)	(1.245)	(1.289)	(1.335)	(1.382)	(1.430)	(1.481)	(1.533)
EBITDA Ajustado		30.084	53.862	50.043	43.295	55.929	72.181	97.747	130.313	168.296	204.336	244.506	259.005	274.335	290.544	304.608
Depreciação e amortização		(5.168)	(5.440)	(5.088)	(6.129)	(10.888)	(12.617)	(13.390)	(9.376)	(10.358)	(12.845)	(15.617)	(17.256)	(19.144)	(19.850)	(20.136)
EBIT		24.916	48.422	44.955	37.166	45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	284.472
Financeiras		(5.983)	(7.168)	(4.321)	(8.258)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) não operacionais		1.534	(469)	4.598	906	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBT		20.467	40.785	45.232	29.814	45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	284.472
IRCS		(2.459)	(11.726)	(12.609)	(9.616)	(14.498)	(18.974)	(26.626)	(37.679)	(48.671)	(58.698)	(69.873)	(73.830)	(77.970)	(82.742)	(86.975)
Lucro/Prejuízo Liquido		18.008	29.059	32.623	20.198	30.543	40.591	57.732	83.258	109.267	132.792	159.017	167.918	177.222	187.951	197.497
Δ ROB	%	0,0%	26,0%	8,1%	13,0%	14,8%	15,1%	20,1%	20,6%	19,8%	15,9%	15,3%	5,4%	5,4%	5,4%	4,6%
Impostos	%ROB	18,1%	17,3%	18,2%	16,9%	16,3%	15,6%	15,0%	14,1%	13,5%	13,1%	12,9%	12,9%	12,9%	12,9%	12,9%
Margem Bruta	%ROL	44,8%	47,5%	50,0%	48,2%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%
Margem EBITDA	%ROL	12,1%	17,0%	14,8%	11,1%	12,7%	14,0%	15,7%	17,1%	18,3%	19,1%	19,7%	19,8%	19,9%	20,0%	20,1%
Margem EBIT	%ROL	10,0%	15,3%	13,3%	9,6%	10,0%	11,4%	13,4%	15,7%	17,0%	17,7%	18,4%	18,4%	18,4%	18,5%	18,6%
IRCS, Aliquota efetiva	%ROL	-12,0%	-28,8%	-27,9%	-32,3%	-32,2%	-31,9%	-31,6%	-31,2%	-30,8%	-30,7%	-30,5%	-30,5%	-30,6%	-30,6%	-30,6%
Margem Liquida	%ROL	7,2%	9,2%	9,6%	5,2%	6,8%	7,8%	9,1%	10,8%	11,8%	12,3%	12,8%	12,8%	12,8%	12,9%	12,9%

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – Fluxo de caixa e Capital de giro

FCFF [BRL 000]		2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
Fluxo caixa operacional		-	-	-	-	**34.958**	**28.410**	**33.699**	**45.633**	**65.163**	**93.719**	**116.996**	**162.335**	**172.286**	**182.414**	**195.042**
(+) EBIT						45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	284.472
(+) IRPJ/ CSLL						(14.498)	(18.974)	(26.626)	(37.679)	(48.671)	(58.698)	(69.873)	(73.830)	(77.970)	(82.742)	(86.975)
(+) Depreciação e amortização						10.888	12.617	13.390	9.376	10.358	12.845	15.617	17.256	19.144	19.850	20.136
(+/-) Variação no Capital de Giro						(6.473)	(24.798)	(37.422)	(47.001)	(54.462)	(51.919)	(57.637)	(22.840)	(24.080)	(25.388)	(22.591)
Fluxo caixa investimento		-	-	-	-	**(25.706)**	**(8.595)**	**(28.607)**	**(16.184)**	**(8.834)**	**(36.568)**	**(13.396)**	**(16.167)**	**(17.864)**	**(19.818)**	**(20.135)**
(-) Capex do imobilizado						(25.706)	(8.595)	(28.607)	(16.184)	(8.834)	(36.568)	(13.396)	(16.167)	(17.864)	(19.818)	(20.135)
Fluxo caixa para firma [FCFF]		-	-	-	-	**9.252**	**19.815**	**5.092**	**29.449**	**56.329**	**57.151**	**103.600**	**146.168**	**154.422**	**162.596**	**174.907**

Capital de Giro	Driver	2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
Dias por ano		360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360
Aplicações		**123.354**	**149.539**	**173.179**	**207.583**	**230.428**	**267.758**	**323.898**	**394.321**	**475.878**	**553.659**	**639.975**	**674.447**	**710.781**	**749.081**	**783.228**
Caixa e equivalentes de caixa	d ROL	4.481	7.985	10.404	8.207	11.538	13.407	16.218	19.744	23.828	27.723	32.045	33.771	35.590	37.508	39.218
Contas a receber de clientes	d ROL	45.344	67.878	63.441	65.334	85.318	99.139	119.926	146.000	176.197	204.996	236.956	249.719	263.172	277.353	289.996
Estoques	d COGS	63.268	67.792	93.386	125.638	124.876	145.106	175.530	213.695	257.893	300.045	346.822	365.503	385.194	405.950	424.455
Impostos a recuperar	d ROL	7.498	4.059	4.530	6.730	6.515	7.570	9.157	11.148	13.454	15.653	18.093	19.068	20.095	21.178	22.143
Despesas antecipadas	d COGS	2.763	1.825	1.418	1.674	2.182	2.535	3.067	3.734	4.506	5.242	6.060	6.386	6.730	7.093	7.416
Fontes		**57.406**	**56.547**	**66.140**	**66.114**	**82.485**	**95.018**	**113.735**	**137.158**	**164.253**	**190.114**	**218.793**	**230.425**	**242.679**	**255.591**	**267.148**
Fornecedores	d G&A+COGS	18.380	18.782	26.239	29.371	32.576	37.212	44.082	52.656	62.562	72.026	82.513	86.838	91.394	96.191	100.503
Operação de risco sacado	d ROL	4.331	3.400	3.436	7.268	5.927	6.887	8.331	10.142	12.240	14.240	16.460	17.347	18.282	19.267	20.145
Obrigações tributárias	d ROL	1.163	2.996	2.329	3.405	3.758	4.367	5.283	6.431	7.761	9.030	10.438	11.000	11.592	12.217	12.774
Obrigações trabalhistas e sociais	d G&A+COGS	5.495	6.542	7.627	7.339	9.546	10.904	12.918	15.430	18.333	21.106	24.179	25.447	26.782	28.188	29.451
Receitas a realizar	d ROL	8.831	6.287	3.953	2.094	5.528	6.423	7.770	9.460	11.416	13.282	15.353	16.180	17.052	17.970	18.790
Adiantamento de clientes	d ROL	13.102	9.615	13.977	9.141	14.249	16.557	20.028	24.383	29.426	34.236	39.573	41.705	43.951	46.320	48.431
Provisões diversas	d ROL	6.104	8.925	8.579	7.496	10.902	12.668	15.324	18.655	22.514	26.194	30.277	31.908	33.627	35.439	37.055
Capital de Giro		**65.948**	**92.992**	**107.039**	**141.469**	**147.942**	**172.740**	**210.163**	**257.163**	**311.626**	**363.545**	**421.182**	**444.022**	**468.102**	**493.489**	**516.080**
Variação Capital de Giro		65.948	27.044	14.047	34.430	6.473	24.798	37.422	47.001	54.462	51.919	57.637	22.840	24.080	25.388	22.591
Capital de Giro [% ROL]		26,5%	29,4%	31,6%	36,4%	32,9%	33,1%	33,3%	33,5%	33,6%	33,7%	33,8%	33,8%	33,8%	33,8%	33,8%

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Resultados da Avaliação e Ativos e passivos não operacionais

Resultados | Prática

- **Resultados:** O quadro abaixo mostra os resultados obtidos no estudo de valor de 100% das ações da Empresa na data-base 31.12.2025:

Avaliação econômico-financeira
Data-base: 31.12.2025

Avaliação Econômico-Financeira [BRL 000]	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ	
Tx desconto: WACC [%aa]	14,9%	15,4%	15,9%	
VP dos fluxos de caixa projetados	287.652	279.710	272.050	[1]
VP dos fluxos de caixa perpetuidade	451.956	413.693	379.544	[2]
VP dos fluxos de caixa [Enterprise Value]	**739.608**	**693.402**	**651.594**	[3]=[1]+[2]
[+] Ativos não Operacionais	86.456	86.456	86.456	
[-] Passivos não Operacionais	(158.961)	(158.961)	(158.961)	
Ajustes não-operacionais	**(72.505)**	**(72.505)**	**(72.505)**	[4]
Equity Value de 100% da Empresa	**667.103**	**620.897**	**579.089**	[5]=[3]+[4]
Indicadores:				
EV / EBITDA 2025	17,1x	16,0x	15,1x	
EV / EBITDA 2025 ajustado	14,4x	13,5x	12,7x	[6]
EV / EBITDA 2026	13,0x	12,2x	11,4x	

Notas:
[1] Fluxos de caixa projetados entre 01.01.2026 e 31.12.2035 [~10 anos]
[2] Fluxos de caixa da perpetuidade.
[4] Saldo informado. Demonstrações financeiras auditadas
[6] EBITDA contábil de 2025 acrescido de R$ 8 milhões, conforme informação da Administração

Ativos e Passivos não operacionais

- **Ativos e Passivos não operacionais:** O quadro abaixo apresenta os ativos e passivos não operacionais da Empresa na data-base 31.12.2025:

Ativos e Passivos Não Operacionais		2022H	2023H	2024H	2025H
BRL 000					
Ativos Não Operacionais		**57.369**	**53.613**	**73.368**	**86.456**
Aplicações financeiras	NOP	30.195	25.874	53.603	67.159
Aplicações caucionadas	NOP	2.794	2.485	1.771	404
Dividendos a receber	NOP	150	212	135	-
Outros ativos	NOP	1.465	1.016	912	1.612
Impostos a recuperar	NOP	12.263	13.267	7.223	7.862
Aplicações caucionadas	NOP	4.966	2.538	780	4.080
Ativo fiscal diferido	NOP	3.100	4.746	5.797	1.705
Outros ativos	NOP	237	96	168	510
Investimentos	NOP	2.499	3.379	2.979	3.124
Passivos Não Operacionais		**85.949**	**112.626**	**104.231**	**158.961**
Empréstimos e financiamentos - CP	NOP	32.945	40.211	46.751	48.838
Partes relacionadas	NOP	1.471	1.032	1.397	1.185
Dividendos a pagar	NOP	4.277	6.822	6.704	8.000
Outros passivos	NOP	367	492	296	215
Empréstimos e financiamentos - LP	NOP	41.790	61.538	46.090	80.954
Dividendos a pagar	NOP	-	-	-	16.000
Fornecedores	NOP	997	427	-	-
Provisão para riscos processuais	NOP	467	718	645	683
Passivo fiscal diferido	NOP	995	-	-	-
Obrigações tributárias	NOP	106	45	-	868
Provisões diversas	NOP	2.534	1.341	2.348	2.218
Ativos e passivos não ajustáveis		**1.040**	**1.284**	**26.162**	**26.734**
Arrendamento mercantil - CP	n.a.	686	641	467	758
Arrendamento mercantil - LP	n.a.	354	643	675	976
Debêntures	n.a.	-	-	25.000	25.000

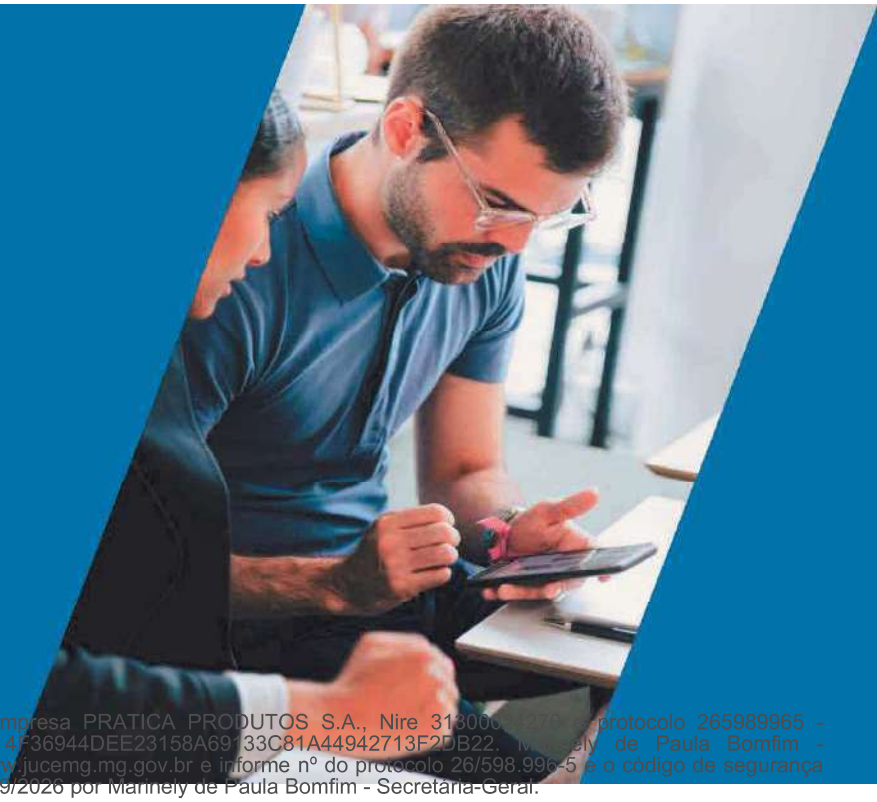
- Conforme discutido com a Administração, as debêntures não foram consideradas como dívida (NOP) pois tratam-se de debêntures conversíveis e há expectativa de que o debenturista emita novas ações e passe a integrar o quadro de acionistas da Empresa.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

7

Taxa de desconto (WACC)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 3130000[illegible] e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

I. Taxa de desconto (WACC)

Taxa de desconto (WACC)

- O quadro seguinte mostra o cálculo da taxa de desconto (WACC) em termos nominais, na data-base da análise:

Data-base	31/12/25	
Taxa de desconto:		
WACC		
Taxa Livre de Risco	4.79%	[a]
Risco País	1.71%	[b]
Beta Desalavancado	1.01	[c]
E / (D+E)	88.5%	[d]
D / (D+E)	11.5%	[d]
D / E	13.0%	[d]
Beta Empresa	1.10	
Prêmio de Risco de Mercado	5.00%	[e]
Prêmio por Tamanho	2.59%	[f]
Custo do Capital Próprio USD	14.6%	
Inflação LP BRA	3.5%	[g]
Inflação LP EUA	2.0%	[h]
Diferencial de inflação	1.5%	
Custo do Capital Próprio | BRL nominal	**16.3%**	
Custo do capital de terceiros bruto BRL	12.7%	[i]
Custo do Capital de Terceiros Líquido | BRL nominal	**8.6%**	
WACC | BRL nominal	**15.4%**	
Custo capital terceiros:	**12.7%**	
Selic (Avg) Média projeção (2025 - 2029)	11.7%	
% Spread	0.9%	
Tax shield	32.3%	

Notas
[a] Fonte: Kroll. Baseado no US Treasury 20-y spot.
[b] Fonte: Capital IQ. Baseado no spread do CDS 10y do Brasil, Chile, Alemanha, Indonésia, EAU e EUA. Média 1 ano.
[c] Fonte: Empresas comparáveis do Capital IQ.
[d] Fontes: Capital IQ. Estrutura de capital média do setor.
[e] Fonte: Kroll.
[f] Kroll CRSP Size Premium Study.
[g] Inflação de longo prazo. Fonte: Banco Central do Brasil.
[h] Meta de inflação de longo prazo. Fonte: FOMC (Federal Open Market Committee).
[i] Custo do capital de terceiros bruto.

Betas e alavancagem

- Utilizamos alavancagem de mercado, conforme betas de peers consultados no Standard and Poor's CapitalIQ:

Prática Produtos S.A.
Data-base: 31.12.2025

Setor	N.Companhias	Blev	E / (E+D)	D / (E+D)	Tax rate	Bu
Peers (CIQ Custom Beta)	3	1,11	88,5%	11,5%	25,4%	1,01
Média		**1,11**	**88,5%**	**11,5%**	**25,4%**	**1,01**

Fonte: S&P Capital IQ.

Empresa	Ticker	Blev	E / (E+D)	D / (E+D)	Tax rate	Bu
Electrolux Professional AB (publ)	OM:EPRO B	1,25	87,7%	12,3%	20,6%	1,12
RATIONAL Aktiengesellschaft	XTRA:RAA	1,22	99,6%	0,4%	29,9%	1,22
The Middleby Corporation	NASDAQGS:MIDD	0,85	78,1%	21,9%	25,8%	0,70
Média		**1,11**	**88,5%**	**11,5%**	**25,4%**	**1,01**

Fonte: S&P Capital IQ

- Para o custo da dívida, com base em discussões com a Administração, foi adotado o spread de 0,9% sobre a SELIC/CDI projetado, totalizando custo de capital de terceiros de 12,7%.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

8

Avaliação | Cenário da Administração



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A.. Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Caneário da Administração

Projeções

- Com base nas discussões com a Administração ao longo do desenvolvimento das projeções, foi solicitado o ajuste de certas premissas de projeção, com finalidade de desenvolver um cenário com ótica da Administração para certos aspectos da avaliação.
- De modo geral, as premissas de projeção permaneceram as mesmas do cenário apresentado anteriormente, com exceção dos seguintes ajustes:
  - Crescimento na perpetuidade: a Administração entende que o cálculo da perpetuidade pela fórmula de Gordon deve considerar crescimento real da ordem de 1,9%, referente à média do PIB entre Brasil, Estados Unidos e União Europeia.
  - Estrutura de Capital de Taxa de Desconto: a Administração solicitou que fosse considerada uma taxa de desconto WACC, baseada na ponderação da estrutura de capital *target* desejada pela Administração a Prática, a saber 40% equity (capital próprio) e 60% dívida. Essa mudança gera impactos tanto no cálculo do CAPM quanto no WACC final utilizado para cálculo dos fluxos de caixa à valor presente e perpetuidade.

Resultados

- **Resultados.** O quadro abaixo mostra os resultados obtidos no estudo de valor de 100% das ações da Empresa na data-base 31.12.2025, considerando os ajustes solicitados pela Administração na taxa de crescimento da perpetuidade e na estrutura de capital da taxa de desconto:

Avaliação econômico-financeira
Data-base: 31.12.2025

Avaliação Econômico-Financeira [BRL 000]	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ	
Tx desconto: WACC [%aa]	13,1%	13,6%	14,1%	
VP dos fluxos de caixa projetados	319.281	310.196	301.442	[1]
VP dos fluxos de caixa perpetuidade	704.178	633.789	572.702	[2]
VP dos fluxos de caixa [Enterprise Value]	**1.023.459**	**943.985**	**874.144**	[3]=[1]+[2]
[+] Ativos não Operacionais	86.456	86.456	86.456	
[-] Passivos não Operacionais	(158.961)	(158.961)	(158.961)	
Ajustes não-operacionais	**(72.505)**	**(72.505)**	**(72.505)**	[4]
Equity Value de 100% da Empresa	**950.954**	**871.480**	**801.639**	[5]=[3]+[4]
Indicadores:				
EV / EBITDA 2025	23,6x	21,8x	20,2x	
EV / EBITDA 2025 ajustado	20,0x	18,4x	17,0x	[6]
EV / EBITDA 2026	18,0x	16,6x	15,3x	

Notas:
[1] Fluxos de caixa projetados entre 01.01.2026 e 31.12.2035 [~10 anos]
[2] Fluxos de caixa da perpetuidade.
[4] Saldo informado. Demonstrações financeiras auditadas
[6] EBITDA contábil de 2025 acrescido de R$ 8 milhões, conforme informação da Administração

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – DRE projetado

DRE Projetado [BRL 000]		2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-
Receita bruta		303.756	382.817	413.708	467.671	536.727	617.912	742.198	894.893	1.071.725	1.242.193	1.431.699	1.508.815	1.590.100	1.675.780	1.766.093
Impostos		(54.893)	(66.327)	(75.242)	(78.974)	(87.682)	(96.119)	(111.003)	(126.460)	(144.358)	(163.252)	(184.548)	(194.489)	(204.967)	(216.011)	(227.652)
Receita liquida		248.863	316.490	338.466	388.697	449.045	521.793	631.195	768.433	927.367	1.078.941	1.247.150	1.314.326	1.385.134	1.459.769	1.538.441
Custos operacionais		(137.434)	(166.292)	(169.203)	(201.214)	(236.509)	(274.825)	(332.447)	(404.729)	(488.438)	(568.271)	(656.866)	(692.247)	(729.541)	(768.851)	(810.287)
Lucro bruto		111.429	150.198	169.263	187.483	212.536	246.968	298.749	363.704	438.929	510.670	590.284	622.079	655.593	690.918	728.154
Despesas gerais e administrativas		(52.106)	(62.196)	(74.721)	(94.303)	(101.469)	(111.245)	(124.905)	(141.581)	(160.644)	(178.996)	(199.200)	(208.698)	(218.666)	(229.127)	(240.107)
Despesas comerciais		(29.239)	(34.140)	(44.499)	(49.885)	(54.057)	(62.420)	(74.935)	(90.607)	(108.743)	(126.048)	(145.243)	(152.994)	(161.161)	(169.766)	(178.835)
EBITDA		30.084	53.862	50.043	43.295	57.010	73.304	98.909	131.516	169.542	205.626	245.841	260.387	275.766	292.024	309.212
Despesa de aluguel - IFRS16						(1.082)	(1.122)	(1.162)	(1.203)	(1.245)	(1.289)	(1.335)	(1.382)	(1.430)	(1.481)	(1.533)
EBITDA Ajustado		30.084	53.862	50.043	43.295	55.929	72.181	97.747	130.313	168.296	204.336	244.506	259.005	274.335	290.544	307.679
Depreciação e amortização		(5.168)	(5.440)	(5.088)	(6.129)	(10.888)	(12.617)	(13.390)	(9.376)	(10.358)	(12.845)	(15.617)	(17.256)	(19.144)	(19.850)	(20.136)
EBIT		24.916	48.422	44.955	37.166	45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	287.543
Financeiras		(5.983)	(7.168)	(4.321)	(8.258)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) não operacionais		1.534	(469)	4.598	906	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBT		20.467	40.785	45.232	29.814	45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	287.543
IRCS		(2.459)	(11.726)	(12.609)	(9.616)	(14.498)	(18.974)	(26.626)	(37.679)	(48.671)	(58.698)	(69.873)	(73.830)	(77.970)	(82.742)	(87.930)
Lucro/Prejuizo Liquido		18.008	29.059	32.623	20.198	30.543	40.591	57.732	83.258	109.267	132.792	159.017	167.918	177.222	187.951	199.613
Δ ROB	%	0,0%	26,0%	8,1%	13,0%	14,8%	15,1%	20,1%	20,6%	19,8%	15,9%	15,3%	5,4%	5,4%	5,4%	5,4%
Impostos	%ROB	18,1%	17,3%	18,2%	16,9%	16,3%	15,6%	15,0%	14,1%	13,5%	13,1%	12,9%	12,9%	12,9%	12,9%	12,9%
Margem Bruta	%ROL	44,8%	47,5%	50,0%	48,2%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%	47,3%
Margem EBITDA	%ROL	12,1%	17,0%	14,8%	11,1%	12,7%	14,0%	15,7%	17,1%	18,3%	19,1%	19,7%	19,8%	19,9%	20,0%	20,1%
Margem EBIT	%ROL	10,0%	15,3%	13,3%	9,6%	10,0%	11,4%	13,4%	15,7%	17,0%	17,7%	18,4%	18,4%	18,4%	18,5%	18,7%
IRCS, Aliquota efetiva	%ROL	-12,0%	-28,8%	-27,9%	-32,3%	-32,2%	-31,9%	-31,6%	-31,2%	-30,8%	-30,7%	-30,5%	-30,5%	-30,6%	-30,6%	-30,6%
Margem Liquida	%ROL	7,2%	9,2%	9,6%	5,2%	6,8%	7,8%	9,1%	10,8%	11,8%	12,3%	12,8%	12,8%	12,8%	12,9%	13,0%

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Prática – Fluxo de caixa e Capital de giro

FCFF [BRL 000]		2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
Fluxo caixa operacional		-	-	-	-	**34.958**	**28.410**	**33.699**	**45.633**	**65.163**	**93.719**	**116.996**	**162.335**	**172.286**	**182.414**	**192.982**
(+) EBIT						45.041	59.565	84.357	120.937	157.938	191.491	228.889	241.749	255.192	270.693	287.543
(+) IRPJ/ CSLL						(14.498)	(18.974)	(26.626)	(37.679)	(48.671)	(58.698)	(69.873)	(73.830)	(77.970)	(82.742)	(87.930)
(+) Depreciação e amortização						10.888	12.617	13.390	9.376	10.358	12.845	15.617	17.256	19.144	19.850	20.136
(+/-) Variação no Capital de Giro						(6.473)	(24.798)	(37.422)	(47.001)	(54.462)	(51.919)	(57.637)	(22.840)	(24.080)	(25.388)	(26.766)
Fluxo caixa investimento		-	-	-	-	**(25.706)**	**(8.595)**	**(28.607)**	**(16.184)**	**(8.834)**	**(36.568)**	**(13.396)**	**(16.167)**	**(17.864)**	**(19.818)**	**(20.135)**
(-) Capex do imobilizado						(25.706)	(8.595)	(28.607)	(16.184)	(8.834)	(36.568)	(13.396)	(16.167)	(17.864)	(19.818)	(20.135)
Fluxo caixa para firma [FCFF]		-	-	-	-	**9.252**	**19.815**	**5.092**	**29.449**	**56.329**	**57.151**	**103.600**	**146.168**	**154.422**	**162.596**	**172.847**

Capital de Giro	Driver	2022H	2023H	2024H	2025H	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P	2033P	2034P	2035P	Perp.
Dias por ano		360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360
Aplicações		**123.354**	**149.539**	**173.179**	**207.583**	**230.428**	**267.758**	**323.898**	**394.321**	**475.878**	**553.659**	**639.975**	**674.447**	**710.781**	**749.081**	**789.451**
Caixa e equivalentes de caixa	d ROL	4.481	7.985	10.404	8.207	11.538	13.407	16.218	19.744	23.828	27.723	32.045	33.771	35.590	37.508	39.529
Contas a receber de clientes	d ROL	45.344	67.878	63.441	65.334	85.318	99.139	119.926	146.000	176.197	204.996	236.956	249.719	263.172	277.353	292.300
Estoques	d COGS	63.268	67.792	93.386	125.638	124.876	145.106	175.530	213.695	257.893	300.045	346.822	365.503	385.194	405.950	427.827
Impostos a recuperar	d ROL	7.498	4.059	4.530	6.730	6.515	7.570	9.157	11.148	13.454	15.653	18.093	19.068	20.095	21.178	22.319
Despesas antecipadas	d COGS	2.763	1.825	1.418	1.674	2.182	2.535	3.067	3.734	4.506	5.242	6.060	6.386	6.730	7.093	7.475
Fontes		**57.406**	**56.547**	**66.140**	**66.114**	**82.485**	**95.018**	**113.735**	**137.158**	**164.253**	**190.114**	**218.793**	**230.425**	**242.679**	**255.591**	**269.195**
Fornecedores	d G&A+COGS	18.380	18.782	26.239	29.371	32.576	37.212	44.082	52.656	62.562	72.026	82.513	86.838	91.394	96.191	101.243
Operação de risco sacado	d ROL	4.331	3.400	3.436	7.268	5.927	6.887	8.331	10.142	12.240	14.240	16.460	17.347	18.282	19.267	20.305
Obrigações tributárias	d ROL	1.163	2.996	2.329	3.405	3.758	4.367	5.283	6.431	7.761	9.030	10.438	11.000	11.592	12.217	12.875
Obrigações trabalhistas e sociais	d G&A+COGS	5.495	6.542	7.627	7.339	9.546	10.904	12.918	15.430	18.333	21.106	24.179	25.447	26.782	28.188	29.668
Receitas a realizar	d ROL	8.831	6.287	3.953	2.094	5.528	6.423	7.770	9.460	11.416	13.282	15.353	16.180	17.052	17.970	18.939
Adiantamento de clientes	d ROL	13.102	9.615	13.977	9.141	14.249	16.557	20.028	24.383	29.426	34.236	39.573	41.705	43.951	46.320	48.816
Provisões diversas	d ROL	6.104	8.925	8.579	7.496	10.902	12.668	15.324	18.655	22.514	26.194	30.277	31.908	33.627	35.439	37.349
Capital de Giro		**65.948**	**92.992**	**107.039**	**141.469**	**147.942**	**172.740**	**210.163**	**257.163**	**311.626**	**363.545**	**421.182**	**444.022**	**468.102**	**493.489**	**520.256**
Variação Capital de Giro		65.948	27.044	14.047	34.430	6.473	24.798	37.422	47.001	54.462	51.919	57.637	22.840	24.080	25.388	26.766
Capital de Giro [% ROL]		26,5%	29,4%	31,6%	36,4%	32,9%	33,1%	33,3%	33,5%	33,6%	33,7%	33,8%	33,8%	33,8%	33,8%	33,8%

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEF23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

I. Taxa de desconto (WACC)

Taxa de desconto (WACC)

- O quadro seguinte mostra o cálculo da taxa de desconto (WACC) em termos nominais, na data-base da análise, considerando a estrutura de capital sugerida pela Administração:

Data-base	31/12/25	
Taxa de desconto:		
WACC		
Taxa Livre de Risco	4,79%	[a]
Risco País	1,71%	[b]
Beta Desalavancado	1,01	[c]
E / (D+E)	40,0%	[d]
D / (D+E)	60,0%	[d]
D / E	150,0%	[d]
Beta Empresa	2,03	
Prêmio de Risco de Mercado	5,00%	[e]
Prêmio por Tamanho	2,59%	[f]
Custo do Capital Próprio USD	19,3%	
Inflação LP BRA	3,5%	[g]
Inflação LP EUA	2,0%	[h]
Diferencial de inflação	1,5%	
Custo do Capital Próprio | BRL nominal	**21,0%**	
Custo do capital de terceiros bruto BRL	12,7%	[i]
Custo do Capital de Terceiros Líquido | BRL nominal	**8,6%**	
WACC | BRL nominal	**13,6%**	
Custo capital terceiros:	**12,7%**	
Selic (Avg) Média projeção (2025 - 2029)	11,7%	
% Spread	0,9%	
Tax shield	32,3%	

Notas

[a] Fonte: Kroll. Baseado no US Treasury 20-y spot.
[b] Fonte: Capital IQ. Baseado no spread do CDS 10y do Brasil, Chile, Alemanha, Indonésia, EAU e EUA. Média 1 ano.
[c] Fonte: Empresas comparáveis do Capital IQ.
[d] Fontes: Capital IQ. Estrutura de capital média do setor.
[e] Fonte: Kroll.
[f] Kroll CRSP Size Premium Study.
[g] Inflação de longo prazo. Fonte: Banco Central do Brasil.
[h] Meta de inflação de longo prazo. Fonte: FOMC (Federal Open Market Committee).
[i] Custo do capital de terceiros bruto.

Betas e alavancagem

- Utilizamos alavancagem de mercado, conforme betas de peers consultados no Standard and Poor's CapitalIQ:

Prática Produtos S.A.
Data-base: 31.12.2025

Setor	N.Companhias	Blev	E / (E+D)	D / (E+D)	Tax rate	Bu
Peers (CIQ Custom Beta)	3	1,11	88,5%	11,5%	25,4%	1,01
Média		**1,11**	**88,5%**	**11,5%**	**25,4%**	**1,01**

Fonte: S&P Capital IQ.

Empresa	Ticker	Blev	E / (E+D)	D / (E+D)	Tax rate	Bu
Electrolux Professional AB (publ)	OM:EPRO B	1,25	87,7%	12,3%	20,6%	1,12
RATIONAL Aktiengesellschaft	XTRA:RAA	1,22	99,6%	0,4%	29,9%	1,22
The Middleby Corporation	NASDAQGS:MIDD	0,85	78,1%	21,9%	25,8%	0,70
Média		**1,11**	**88,5%**	**11,5%**	**25,4%**	**1,01**

Fonte: S&P Capital IQ

- Para o custo da dívida, com base em discussões com a Administração, foi adotado o spread de 0,9% sobre a SELIC/CDI projetado, totalizando custo de capital de terceiros de 12,7%.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4E36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

9

Análise de Múltiplos



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Análise - Múltiplos

Considerando o Estudo de Valor exposto nos capítulos anteriores, o múltiplo de Enterprise Value sobre EBITDA (EV/EBITDA) implícito para a Prática para o ano de 2025 foi de aproximadamente 16,0x. Abaixo demonstramos múltiplos de mercado e múltiplos de transação de empresas comparáveis, pesquisado em nossas base de dados.

Múltiplos de Mercado

- O quadro a seguir mostra os múltiplos de mercado EV / EBITDA das empresas comparáveis da Prática, que foram discutidos com a Administração da Empresa:

Múltiplos de mercado ('000)	Enterprise Value 2025	EBITDA 2025	Enterprise Value / EBITDA
Electrolux Professional AB (publ)	12.439	850	14,6x
RATIONAL Aktiengesellschaft	45.518	2.314	19,7x
The Middleby Corporation	51.813	3.797	13,6x
Média	**36.590**	**2.320**	**16,0x**
Mediana	**45.518**	**2.314**	**14,6x**
Máximo	**51.813**	**3.797**	**19,7x**
Mínimo	**12.439**	**850**	**13,6x**

Fonte: S&P Capital IQ e Forvis Mazars

Múltiplos de Transação

- O quadro abaixo apresenta os múltiplos de EV/EBITDA de transações na qual empresas comparáveis à Prática foram adquiridas. Considerando a pouca disponibilidade de dados, foram consideradas transações desde 2008.

Data da transação	Target	Enterprise Value / EBITDA
28/05/2021	Welbilt, Inc.	18,9x
04/12/2019	Pizza Group SRL	5,2x
29/01/2015	Welbilt, Inc.	7,9x
26/06/2008	Bühler Aeroglide Corporation	8,1x
14/04/2008	Manitowoc Group (UK) Limited	15,2x
Média		**11,1x**
Mediana		**8,1x**
Máximo		**18,9x**
Mínimo		**5,2x**

Fonte: S&P Capital IQ e Forvis Mazars

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989967 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

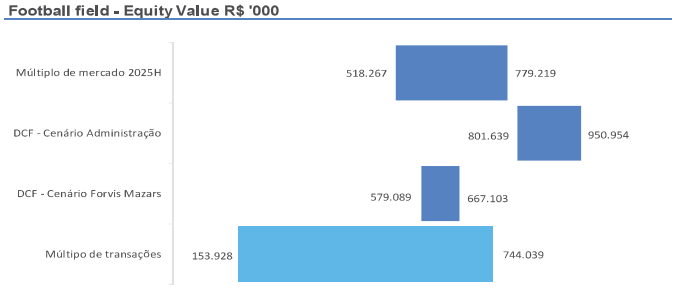
Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Análise comparativa

Considerando o Estudo de Valor exposto nos capítulos anteriores, o valor de investimento da Prática foi estimado considerando a abordagem de renda, corroborada pela abordagem de mercado.

Análise comparativa

- O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos para o valor de investimento da Prática na data-base 31.12.2025:



Fonte: S&P Capital IQ e Forvis Mazars
** O múltiplo de transações foi calculado com base em informações disponíveis no S&P Capital IQ. No entanto, a análise deve ser interpretada com cautela, tendo em vista a limitada disponibilidade de dados públicos para transações comparáveis, a elevada amplitude dos valores observados e a existência de transações com datas antigas na amostra, incluindo operações realizadas desde 2008. Dessa forma, os resultados apresentados devem ser considerados apenas como referência indicativa de mercado.*

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 26598996 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Docusign Envelope ID: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22

Contato

Forvis Mazars

Contato

Av. Francisco Matarazzo, 1350, 19° andar
CEP 01049-911 – São Paulo / SP
Tel.: +55 (11) 3524 4500

www.forvisForvis Mazars.com/br

Follow us

LinkedIn :
https://www.linkedin.com/company/forvisForvis Mazarsnobrasil/

Facebook :
https://www.facebook.com/forvisForvis Mazarsnobrasil /

Instagram :
https://www.instagram.com/forvisForvis Mazarsbr/

Youtube :
https://www.youtube.com/user/ForvisForvis MazarsBrasil

© Forvis Mazars. All rights reserved.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 26598996 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2C13C9AE-EE69-8DB6-80A2-427FDC0C6A22
Assunto: Complete com o Docusign: ForvisMazars_Valuation_Pratica_18.06.26_vFinal.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 41
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 2
Rubrica: 0

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Haissam Tamer Andari
Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro
SP, SP 01049-911
haissam.andari@forvismazars.com
Endereço IP: 2804:14c:e1:8c6

Rastreamento de registros

Status: Original
30/06/2026 11:52:46

Portador: Haissam Tamer Andari
haissam.andari@forvismazars.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Adriano Nelly da Silva adriano.silva@mazars.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Assinado por: Adriano Nelly da Silva 6B4355F3247A411... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 2804:7f1:eb01:d517:5178:607f:a351:20a3	Enviado: 30/06/2026 11:53:42 Visualizado: 30/06/2026 12:11:58 Assinado: 30/06/2026 12:12:10
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 08/12/2021 16:18:19 ID: fd52b235-7b6e-4737-b2af-888b7ab7436a		
Haissam Tamer Andari haissam.andari@forvismazars.com Sócio - FA FORVIS MAZARS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARI Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Assinado por: Haissam Tamer Andari 5C929044761746E7... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 2804:14c:e1:8c6d:5ca5:3e31:dfe8:9624	Enviado: 30/06/2026 11:53:43 Visualizado: 30/06/2026 11:53:56 Assinado: 30/06/2026 11:54:11
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 27/05/2020 18:17:02 ID: 865a2a59-b236-4d2d-9cc7-cd58fbd63a50		
Eventos do signatário presencial	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/06/2026 11:53:43
Entrega certificada	Segurança verificada	30/06/2026 11:53:56
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/06/2026 11:54:11
Concluído	Segurança verificada	30/06/2026 12:12:10

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: arthur.cabrera@mazars.com.br

To advise CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA during the course of your relationship with CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2026

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL DA
PRÁTICA PRODUTOS S.A.
CNPJ nº 08.574.411/0001-00
NIRE nº 31.3.0002427-0

CAPÍTULO I
DO TIPO SOCIETÁRIO E SUA REGÊNCIA NORMATIVA

Artigo 1º. A Companhia é sociedade anônima aberta, subordinada ao regime da "Sociedade Anônima", aplicando-lhe as disposições constantes da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§1º. Com a admissão da Companhia ao segmento básico de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições da regulamentação aplicável da B3.

§2º. Enquanto a Companhia tiver valores mobiliários admitidos à negociação no BME Growth, a Companhia, seus Administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3, bem como as normas internas aplicáveis ao segmento da Bolsa de Valores Espanhola ("BME"), especialmente as normas relativas a ofertas públicas de aquisição, cancelamento de cotação e obrigações relacionadas com a regulamentação europeia sobre abuso de mercado.

CAPÍTULO II
DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DA SEDE, DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA PÁGINA NA WEB

Artigo 2º. A Companhia exerce suas atividades sob a denominação social **Prática Produtos S.A.**, e tem sede e domicílio na Rodovia BR 459, km 101, bairro Loteamento Ipiranga, na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37556-140.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§1º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, agências ou sucursais, em qualquer parte do território nacional, o que fará com observância das normas legais aplicáveis e das disposições constantes deste Estatuto, procedendo com os devidos registros e/ou averbações.

§2º. A Sociedade possui 4 (quatro) filiais localizadas (a) Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 612, bairro Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05415-020; (b) Avenida José Silva de Azevedo Neto, 00200, Bloco 004, Sala 0104, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-056; (c) Rua João Fernandes Vieira, 477, bairro Soledade, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50050-902; e (d) Avenida Ivo Guersoni, 225, bairro Vila Beatriz, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.555-600.

§3º. A Companhia dispõe de uma página corporativa na rede mundial de computadores, qual seja *https://www.praticabr.com/ri*, onde serão publicados, em português e inglês, os documentos e informações exigidos por força da Lei das S.A., do presente estatuto social e de quaisquer outras normas internas, bem como toda informação que se considere oportuno colocar à disposição dos acionistas e investidores por esse meio. A modificação, transferência ou supressão da página web corporativa da Companhia será de competência do Conselho de Administração.

Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado, iniciadas suas atividades em 25/09/2006.

CAPÍTULO III
DO OBJETO SOCIAL

Artigo 4º. A Companhia tem por objeto as seguintes atividades:

I. Indústria, comércio, exportação e importação de máquinas, equipamentos, componentes, acessórios e insumos para cozinhas industriais, panificadoras, restaurantes, supermercados, indústrias de alimentos e segmentos correlatos;
II. Desenvolvimento de projetos e tecnologia para as áreas de refrigeração e aquecimento;
III. Prestação de serviços de gestão mercadológica;
IV. Fabricação de máquinas para refrigeração;
V. Comércio e exportação de máquinas e equipamentos para refrigeração, de uso industrial ou não, e seus componentes;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

VI. Importação de máquinas, equipamentos e componentes necessários para consecução do objeto social;
VII. Assistência técnica e industrialização por conta de terceiros;
VIII. Locação e manutenção de bens móveis próprios ou de terceiros;
IX. Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias relacionadas as atividades desenvolvidas pela Companhia;
X. Participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista;
XI. Fabricação de sabões, detergentes sintéticos e outros produtos saneantes domissanitários.
XII. Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;
XIII. Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
XIV. Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
XV. Comercio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial.

CAPÍTULO IV
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 29.068.287,53 (vinte e nove milhões, sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), dividido em 3.355.031 (três milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil e trinta e uma) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

§1º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

§2º. As ações da Companhia são de uma única classe e série e conferem aos seus titulares os mesmos direitos políticos e econômicos.

§3º. No caso de condomínio de ação, os direitos conferidos por esta serão exercidos por seu representante.

§4º. O penhor e a alienação fiduciária de ação, por si só, não impede o acionista de exercer seu direito de voto, salvo estipulação em contrário do contrato.

§5º. O direito de voto nas ações gravadas com usufruto, se não for regulado no ato de constituição do gravame, somente poderá ser exercido mediante prévio acordo entre o proprietário e o usufrutuário.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§6º. A Companhia poderá adquirir, por deliberação do Conselho de Administração, ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucros e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social.

§7º. É proibida a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

§8º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, até que o número total de ações de emissão da Companhia atinja 4.000.000 (quatro milhões) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Capital Autorizado").

§8º - A. Compete ao Conselho de Administração, observado o limite do Capital Autorizado e as disposições legais e estatutárias aplicáveis, deliberar sobre os aumentos do capital social e as correspondentes emissões de ações, fixando, em cada caso, o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão, o prazo, a forma e as condições de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão.

§8º - B. Nos aumentos de capital deliberados nos termos deste artigo, será assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das novas ações, na forma da legislação aplicável, podendo o Conselho de Administração, em cada deliberação, excluir ou reduzir o prazo para o seu exercício nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das S.A.

§8º - C. Compete também ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, fixando suas condições, observado que as ações decorrentes do exercício dos direitos conferidos por tais bônus deverão estar compreendidas no limite do Capital Autorizado.

Artigo 6º. As ações da Companhia reguladas pela legislação brasileira são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo único. Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Artigo 7º. As ações da Companhia, inclusive aquelas que sirvam de lastro a valores mobiliários admitidos à negociação em mercado nacional ou estrangeiro, são representadas por meio de registros escriturais, nos termos da legislação aplicável, e consideram-se constituídas como tais em virtude de sua inscrição no correspondente registro contábil.

Parágrafo Único. A manutenção do registro contábil das ações caberá ao depositário central de valores mobiliários aplicável, conforme a regulamentação aplicável, e às suas entidades participantes.

Artigo 8º. As ações da Companhia e os direitos econômicos delas decorrentes são livremente transmissíveis por todos os meios admitidos em direito, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis.

CAPÍTULO V
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º. A Assembleia Geral, órgão soberano da Companhia, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 10º. Compete privativamente à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras matérias previstas em Lei:

I. reformar o Estatuto Social;

II. deliberar a redução e aumento do capital social da Companhia;

III. deliberar o pagamento de juros sobre capital próprio acima dos limites de dedução para efeitos da apuração do lucro real, estabelecidos pela legislação tributária;

IV. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal da Companhia;

V. fixar a remuneração global dos administradores da Companhia, bem como deliberar sobre a participação dos Administradores nos lucros da Companhia;

VI. tomar, anualmente, as contas da administração e deliberar sobre as demonstrações financeiras por ela apresentada;

VII. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

VIII. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

IX. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

X. deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis, bônus de subscrição e outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações;

XI. escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos previstos no Capítulo X e na forma prevista neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração;

XII. deliberar a saída da Companhia do seu respectivo seguimento de listagem da B3, ou de qualquer outro mercado em que, naquele momento, seus valores mobiliários estejam admitidos à negociação a qual deverá ser comunicada à B3, ou ao mercado correspondente, por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;

XIII. autorizar os Diretores a confessarem a falência e pedir a recuperação judicial e extrajudicial da Companhia, bem como demais atos voluntários de reorganização financeira da Companhia;

XIV. deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia;

XV. deliberar sobre a celebração de transações com Partes Relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 10% (dez por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado;

XVI. deliberar sobre contratos entre a Companhia e o acionista controlador diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha participação societária.

Artigo 11. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a Lei das S.A. assim o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Artigo 12. A convocação para a Assembleia Geral far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes em jornal do órgão oficial e em jornal de grande circulação, nos termos do Art. 289 da Lei das S.A., contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

§1º. A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§2º. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Companhia.

§3º. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas com direito a voto.

Artigo 13. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no presente Estatuto, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

§1º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Caberá, por sua vez, ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

§2º. Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da respectiva assembleia: **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das S.A. e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e **(ii)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

§3º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, ressalvado o mandato outorgado nos termos de acordos de acionistas para proferir, em Assembleia geral, voto contra ou a favor de determinada deliberação, o qual pode ter prazo superior a 1 (um) ano, nos termos do Parágrafo 7° do Artigo 118 da Lei das S.A..

§4º. O acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos das disposições legais e conforme regulamentação da CVM.

§5º. As deliberações da Assembleia Geral, tomadas regularmente, obrigam o cumprimento por todos os acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes, dentro das disposições da Lei das S.A. e do presente Estatuto.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Artigo 14. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em Lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

§1º. No caso de empate, prevalecerá a decisão escolhida pelo maior número de acionistas. Se, ainda assim permanecer o empate, a decisão será tomada através do procedimento arbitral ou processo judicial, sempre observado o interesse da Companhia.

§2° - As atas de Assembleia deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no Parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei das S.A..

§3° - A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

§4° - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo vedada a contagem dos votos proferidos em desacordo com o conteúdo de tais acordos.

CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 15. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com as atribuições a elas confiadas pela Lei das S.A. e pelo presente Estatuto Social, ficando os membros da administração dispensados de prestar caução. O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho temporários com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de os assessorar. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho temporários serão designados pelo Conselho de Administração.

§1º. A investidura nos cargos da administração far-se-á mediante a lavratura de termo de posse em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

§2º. A remuneração global dos Administradores será fixada pela Assembleia Geral e caberá ao Conselho de Administração da Companhia a divisão da remuneração global entre os órgãos de administração da Companhia.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§3º. Ficam vedados quaisquer atos praticados pelos acionistas, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, procuradores ou empregados que vinculem a Companhia a obrigações relacionadas a atividades ou negócios estranhos ao objeto social, inclusive, mas sem limitação, garantias e compromissos em favor de terceiros, bem como quaisquer atos contrários às disposições do presente Estatuto Social ou de acordos de acionistas arquivados na sede social, os quais serão nulos em relação à Companhia.

Artigo 16. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos da regulamentação da B3 aplicável, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Seção I – Conselho de Administração

Artigo 17. O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo ser eleito igual número de suplentes, sendo ao menos 2 (dois) deles Conselheiros Independentes, todos pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no País ou no exterior, os quais serão nomeados e destituídos a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral.

§1º. Os membros do Conselho de Administração da Companhia terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§2º. Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas do Conselho de Administração, devendo os membros do Conselho de Administração permanecer em seus cargos até que seus sucessores sejam empossados.

§3º. Na hipótese de falecimento, renúncia ou destituição de um membro do Conselho de Administração, antes do término do respectivo mandato, o seu suplente assumirá o cargo até o final do mandato do conselheiro vacante. Caso não haja suplente eleito, o Conselho de Administração convocará, assim que possível, uma Assembleia Geral para deliberar sobre a eleição do substituto que permanecerá no cargo até o final do mandato do conselheiro substituído.

§4º. Para fins do caput deste Artigo 17, os Conselheiros Independentes caracterizam-se por: (i) não terem qualquer vínculo com a Companhia, suas controladas ou seus controladores diretos ou indiretos, exceto participação de capital; (ii) não serem cônjuges ou parentes até

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

segundo grau dos controladores diretos ou indiretos da Companhia e não ser e não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada aos acionistas controladores da Companhia (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não terem sido, nos últimos 3 anos, empregados ou diretores da Companhia, dos acionistas controladores da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não serem fornecedores ou compradores, diretos ou indiretos, de serviços e/ou produtos da Companhia e das controladas da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não serem funcionários ou administradores de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia ou para as controladas da Companhia; (vi) não serem cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia ou das controladas da Companhia; e (vii) não receberem outra remuneração da Companhia ou das controladas da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§5º. Na Assembleia Geral Ordinária que tiver por objeto deliberar a eleição do Conselho de Administração, tendo em vista o término de seu mandato, os acionistas deverão fixar o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato.

§6º. O membro do Conselho de Administração deve atender ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das S.A, bem como não estar impedido por Lei especial ou tiver sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das S.A.

§7º. Não poderá ser eleito como membro do Conselho de Administração aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante ao da Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

§8º. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante ao da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

§9º. Caberá à Assembleia Geral indicar entre os eleitos, o membro que exercerá o cargo de

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Presidente do conselho de administração.

§10. Ao Presidente do Conselho de Administração não caberá voto de qualidade no caso de empate nas votações.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, ou com maior frequência, mediante convocação de qualquer membro do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer dos seus membros, por meio de aviso escrito, do qual constará a ordem do dia. O aviso de convocação será enviado por fax, e-mail ou correio aos membros do Conselho de Administração com 30 (trinta) dias de antecedência da reunião, ficando ressalvado que o aviso poderá ser enviado com 10 (dez) dias de antecedência, nos casos de urgente necessidade da reunião do Conselho de Administração.

§1º. As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da totalidade dos Conselheiros. Em não havendo quórum de instalação, a reunião será adiada, devendo ser realizada dentro dos 5 (cinco) dias seguintes, independentemente de quórum.

§2º. O aviso de convocação aos membros do Conselho de Administração será dispensado se todos os Conselheiros estiverem presentes à reunião, caso em que novas matérias poderão ser incluídas na ordem do dia.

§3º. Caberá a cada membro do Conselho de Administração 1 (um) voto nas deliberações do Conselho, sendo considerado válido o voto previamente manifestado por escrito pelos Conselheiros.

§4º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer Conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração.

§5º. Exceto se quórum diverso for determinado pela Lei das S.A., por este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes à reunião e serão lavradas no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração. No caso de deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, a respectiva ata ficará sujeita a arquivamento no Registro do Comércio e publicação no Diário Oficial, bem como em jornal de grande circulação.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§6º. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede social ou em outro local (inclusive no exterior), se assim convencionado na reunião anterior do Conselho. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência, e-mail ou outro meio acordado pelos membros do Conselho de Administração, contanto que a ata da reunião seja, de imediato, formalizada por escrito e firmada por todos os Conselheiros.

§7º. Os diretores e auditores independentes poderão ser convocados a participar das reuniões do Conselho de Administração, a fim de prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Artigo 19. Além das atribuições conferidas pela Lei das S.A. ou pelo presente Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração orientar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias, cumprindo-lhe ainda:

a) formular as estratégias (comerciais) e os planos de desenvolvimento da Companhia e de suas subsidiárias;

b) eleger e destituir todos e quaisquer membros da Diretoria, observado o que dispuser a respeito este Estatuto Social, estabelecendo a respectiva remuneração, atribuições, tarefas e deveres;

c) examinar e supervisionar as atividades da Companhia e de suas subsidiárias, bem como fiscalizar a gestão dos Diretores;

d) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

e) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

f) aprovar e alterar os planos estratégicos, os orçamentos anuais, plurianuais e os planos de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

g) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

h) solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

i) deliberar a criação de novas sociedades controladas e/ou coligadas pela Companhia e subscrição e integralização do capital social de qualquer sociedade controlada e/ou coligada pela Companhia;

j) deliberar sobre a prestação de garantias às sociedades controladas e/ou coligadas da Companhia;

k) deliberar sobre a celebração de contratos e/ou assunção de obrigações pela Companhia, inclusive operações de arrendamento mercantil (*leasing*), cujo valor seja maior ou igual a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia então disponíveis;

l) deliberar sobre concessão de avais e fianças, bem como operações de alienação de ativos permanentes representativos de percentual superior a 5,0% (cinco por cento) do ativo total da Companhia apurado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia então disponíveis;

m) deliberar sobre projetos de investimentos pela Companhia sempre que o valor principal, de forma isolada, ultrapasse 10,0% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou, de forma cumulativa, excedam 30,0% (trinta por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurados nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia então disponíveis;

n) deliberar sobre a celebração de (i) contratos que tenham por objeto cessão ou alienação de tecnologia; e (ii) contratos que tenham por objeto a aquisição de tecnologia e que envolvam valores superiores a 5,0% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia então disponíveis e/ou sejam relevantes para a operação ou negócios da Companhia, assim como quando possam afetar seus desempenhos futuros, conforme o caso;

o) deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação da Companhia em sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, sejam elas existentes ou a serem constituídas;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

p) deliberar sobre planos de recompra de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, até o montante do saldo de lucros e de reservas, exceto a reserva legal e sem diminuição do capital social, bem como sobre a manutenção, o cancelamento ou recolocação no mercado das ações ordinárias e/ou preferenciais mantidas em tesouraria;

q) convocar a Assembleia Geral, nos casos em que a lei exigir e quando julgar conveniente;

r) deliberar sobre o voto a ser proferido pela Companhia, e a orientação do voto dos seus representantes eleitos nos Conselhos de Administração das controladas e/ou coligadas da Companhia, conforme o caso, nas assembleias gerais, reuniões de sócios e reuniões do conselho de administração das controladas e/ou coligadas da Companhia convocadas para deliberar sobre as matérias elencadas nos Artigos 11 e 20 deste Estatuto Social no âmbito de tais controladas e/ou coligadas; e

s) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta.

t) escolher e destituir auditores independentes;

u) autorizar a emissão de quaisquer valores mobiliários não conversíveis em ações, tais como debêntures não conversíveis em ações, no limite da legislação aplicável;

v) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observados os limites fixados pela Assembleia Geral, bem como a remuneração dos membros dos Comitês, quando couber; bem como a aprovação e a alteração da política de remuneração;

w) instituir e extinguir comitês de assessoramento, designando e destituindo seus membros.

Seção II - Diretoria

Artigo 20. A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, nomeados e destituíveis a qualquer

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

tempo pelo Conselho de Administração, que exercerão as seguintes atribuições, permitida a acumulação: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Geral e Diretor de Relações com Investidores, todos com mandatos de 3 (três) anos e permitida a reeleição.

§1º. Observado o disposto no Artigo 17, os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria", no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ineficácia da nomeação.

§2º. Ocorrendo a vacância do cargo, por ausência, impedimento definitivo, incapacidade ou renúncia, de qualquer Diretor, será realizada reunião do Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 dias após a ocorrência do fato, para eleição do substituto ou declaração da extinção do cargo. Em caso de declaração da extinção do cargo, o Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para deliberar sobre a adequação do Estatuto Social, se for o caso.

§3º. Findo o mandato, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Artigo 21. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvando aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou Assembleia Geral, devendo:

a) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social, de qualquer acordo de acionistas e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;

b) atuar com o cuidado e diligência que todo gestor ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;

c) exercer suas atribuições para lograr os fins e interesses da Companhia;

d) não praticar atos de liberalidade às custas da Companhia;

e) não tomar em empréstimo os recursos ou bens da Companhia, ou usá-los em proveito próprio;

f) agir com lealdade à Companhia e aos seus acionistas;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

g) não intervir nas operações e deliberações sociais em que tiver interesse conflitante com o da Companhia;

h) elaborar, anualmente, o relatório de administração e as demonstrações financeiras do exercício, bem como os balancetes mensais, se solicitados pela Assembleia Geral;

i) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, formulando e propondo ao Conselho de Administração o planejamento estratégico e os planos operacionais, incluindo as necessidades de recursos humanos, financeiros e equipamentos, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir ou alienar bens móveis e imóveis para ou da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições, respeitadas as respectivas atribuições do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

j) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia;

k) outorgar mandatos em nome da Companhia.

§1º - A representação da Companhia em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, perante autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, bem como a outorga de cartas de preposição, compete a qualquer diretor, individualmente ou procurador com poderes específicos.

§2º. Compete ao Diretor Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

b) Definir a estrutura organizacional da Companhia, criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal;

c) promover o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração;

d) Coordenar e supervisionar o planejamento estratégico da Companhia no que tange as diversas áreas financeiras, comerciais, industriais e pós-venda;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

e) Indicar os diretores das companhias controladas;

f) submeter ao Conselho de Administração, até 31 de março do ano subsequente ao exercício social correspondente, a prestação de contas da Companhia, acompanhada da manifestação da Diretoria e do parecer do Conselho Fiscal, se instalado.

§3º. Compete ao Diretor Financeiro:

a) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas;

b) dirigir e liderar a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, a propositura e contratação de empréstimos e financiamentos e a realização das operações de tesouraria;

c) conduzir o planejamento e o controle financeiro da Companhia.

§4º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

a) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação no Brasil e/ou no exterior (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, BME, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores, mercados de balcão organizado e demais mercados em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, bem como aos respectivos órgãos reguladores, supervisores e demais autoridades competentes de cada mercado, relacionados às atividades desenvolvidas no respectivo mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

b) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia;

c) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

d) fiscalizar o fiel cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis em matéria de abuso de mercado, aplicável aos mercados em que a Companhia tenha, a cada momento, valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação;

e) revisar e coordenar a elaboração do formulário de referência da Companhia, bem como demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável às companhias abertas, pela B3 e demais mercados em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação.

§5º. Compete ao Diretor Geral:

a) Dirigir e liderar a administração e gestão das atividades operacionais das áreas financeiras, industriais e comerciais da Companhia;

b) Na ausência do Diretor Presidente definir a estrutura organizacional da Companhia, criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal;

c) Planejar, superintender e administrar o orçamento de despesas e investimentos da Companhia conforme deliberação do Conselho de Administração;

d) Coordenar e supervisionar o trabalho dos empregados ou prestadores de serviços da Companhia, diligenciando para que todo o serviço burocrático e administrativo seja executado de maneira eficiente, adequada e rápida;

e) Apresentar ao Diretor Presidente, sempre que solicitado, relatório circunstanciado das atividades da Companhia.

§6º. Os Diretores sem designação específica exercerão as funções estipuladas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição, e deverão apresentar ao Diretor Presidente e ao Diretor Geral, sempre que solicitado, relatório circunstanciado de suas atividades.

Artigo 22. Observado o disposto no Art. 22, §1º, alínea "a", a prática de todos os atos necessários ao cumprimento dos objetivos sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração, será feita sempre (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles o ocupante do cargo de Diretor

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Presidente, ou de Diretor financeiro ou Diretor Geral; ou por quaisquer outros dois Diretores que tenham poderes para tanto definidos em Assembleia Geral dos Acionistas; ou (ii) por 1 (um) Diretor, em conjunto com 1 (um) procurador constituído na forma do Artigo 23 abaixo, devendo o diretor ser necessariamente um dos ocupantes dos cargos de Diretor Presidente, ou Diretor financeiro ou Diretor Geral , ou qualquer outro Diretor que tenha poderes para tanto definidos em Assembleia Geral dos Acionistas, podendo-se utilizar a denominação social em assuntos atinentes aos negócios sociais ou na concessão de avais, fianças, endossos e quaisquer outras garantias em favor de terceiros, em especial nas operações denominadas 'VENDOR'.

§1º. A prática dos seguintes atos dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor ou procurador, constituído na forma do Artigo 23 abaixo:

a) Atos que impliquem toda e qualquer aquisição, alienação ou oneração de ativos relevantes que não esteja contemplada no último plano de negócio ou orçamento aprovado e cujo valor individual seja superior ao montante equivalente a 5,0% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, aferido com base nas últimas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais que tenham sido divulgadas;

b) Atos que impliquem na contratação de obrigações financeiras não contempladas nos planos anuais de negócios e no orçamento e cujo valor individual seja superior ao montante equivalente a 5,0% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, aferido com base nas últimas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais que tenham sido divulgadas;

c) Atos que impliquem na prestação de quaisquer garantias ou a concessão de qualquer mútuo pela Companhia;

d) Atos que impliquem na celebração de contratos, pela Companhia, com quaisquer Diretores ou de qualquer sociedade na qual a Companhia participe ou parentes consanguíneos até o terceiro grau dos referidos Diretores;

e) Atos que impliquem na celebração de contratos pela Companhia que impliquem renúncias ou alienação de direitos, cujo valor individual seja superior ao montante equivalente a 5,0% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, aferido com base nas últimas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais que tenham sido divulgadas.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§2º. Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude de ato regular de gestão.

Artigo 23. As procurações da Companhia serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores, em conjunto, ocupantes dos cargos de Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Geral, ou quaisquer outros dois Diretores que tenham poderes para tanto definidos em Assembleia Geral dos Acionistas, e deverão especificar os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 01 (um) ano, observando-se as disposições do artigo 144, parágrafo único da Lei das S.A.

Seção III – Comitê de Auditoria

Artigo 24. O Comitê de Auditoria é órgão permanente da Companhia, de assessoramento do Conselho de Administração.

§1° - O Comitê de Auditoria atuará com autonomia e independência no exercício de suas funções, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e servindo como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas.

§2° - O Comitê de Auditoria será formado por 3 membros indicados pelo Presidente do Conselho de Administração e eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que pelo menos 2 (dois) deverão ser membros independentes do Conselho de Administração, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") aplicável, bem como, quando aplicável, da regulamentação de outros reguladores, supervisores ou autoridades competentes dos mercados em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação. É vedada a participação de diretores estatutários ou não estatutários da Companhia como membros do Comitê de Auditoria.

§3° - Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§4° - Compete ao Comitê de Auditoria:

I. manifestar-se sobre a contratação, substituição, destituição e remuneração dos auditores independentes contratados nos termos da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.),

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

bem como opinar acerca da contratação de tais auditores independentes para a prestação de outros serviços;

II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais;

III. supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;

IV. avaliar e monitorar as exposições de risco e compliance da Companhia;

V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;

VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

VII. assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance.

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 25. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, por solicitação dos acionistas em Assembleia Geral, será composto por 3 (três) membros efetivos podendo ser nomeado igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto na Lei das S.A.

§1° - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do respectivo anúncio de convocação.

§2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§3° - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação, sendo permitida a reeleição de membros do Conselho Fiscal.

§4° - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

§5° - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2° grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente.

Artigo 26. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto na regulamentação aplicável da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 27. Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargo de administração ou ser empregados da Companhia, sendo sua função indelegável.

Artigo 28. Compete ao Conselho Fiscal, entre outras funções previstas na Lei das S.A.:

a) Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

b) Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

c) Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se este não tomarem as providências necessárias para proteger os interesses da Companhia, à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

d) Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Artigo 29. A Diretoria deverá colocar à disposição do Conselho Fiscal, quando formalmente solicitado, todos os documentos e informações necessárias para a realização dos trabalhos deste órgão.

Artigo 30. Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário.

§1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§2° - O Conselho Fiscal manifestar-se-á por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§3° - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 31. O exercício social coincidirá com o ano civil, com início no dia 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá o balanço geral e demonstrações financeiras do exercício.

§1° - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Regulamento de Listagem das ações da Companhia:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstração dos lucros e prejuízos acumulados
(c) demonstração do resultado do exercício;
(d) demonstração dos fluxos de caixa;
(e) demonstração do valor adicionado.

§2°- Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na lei.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Artigo 32. - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

§1° - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das S.A., conforme disposto no Parágrafo 2° deste Artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A., observada a seguinte ordem:

a) 5% (cinco por cento) será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1° do Artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) 25% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.;

c) O saldo do lucro líquido, depois de computados os pagamentos previstos nos incisos "a", "b" e "c", nesta ordem, terá a destinação proposta pela administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado à formação de reservas de contingências, de lucro a realizar ou retidos para investimentos com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das S.A.

Artigo 33. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 11, inciso VII deste Estatuto, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos intercalares e/ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório previsto no inciso "c" do Artigo 32.

Parágrafo Único. Não será pago o dividendo mínimo obrigatório ou será distribuído em valor inferior ao mínimo obrigatório, no exercício social em que a administração da Companhia

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, e desde que aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 34. Os juros sobre capital próprio declarados e pagos em cada exercício na forma do Artigo 33 deste Estatuto Social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no inciso "c" do Artigo 32 pelo seu valor líquido de imposto de renda.

Artigo 35. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX
LIQUIDAÇÃO

Artigo 36. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E EXCLUSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Artigo 37. Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

"Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que (i) exerça(m) o Poder de Controle da Companhia; ou (ii) sejam titulares da Participação Controladora, caso aplicável.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

"Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia referidos conjuntamente.

"Adquirente" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

"Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Derivativos" significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia.

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

"OPA" significa oferta pública de aquisição de ações.

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

"Partes Relacionadas" tem o significado que lhe é atribuído pela Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, conforme venha a ser alterada, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis sobre divulgação de partes relacionadas.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

"Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 38. A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§1º. A oferta pública de que trata este artigo também será exigida:

(i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e

(ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 e qualquer outro mercado em que, naquele momento, os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação, conforme aplicável, o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§2º. As disposições do Artigo 38 acima também serão aplicáveis ao Adquirente que pretenda adquirir Ações de Controle, nos termos da regulamentação do BME Growth, segmento do BME MTF Equity (Multilateral Trading Facility) administrado pela BME – Bolsas y Mercados Españoles ou de qualquer outro mercado em que, naquele momento, os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação, conforme aplicável. Em qualquer hipótese, observar-se-ão as disposições dos artigos 116 e 254-A da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

215/2024, ou daquelas que vierem a substituí-las, prevalecendo, em caso de conflito entre os regimes aplicáveis, aquele mais restritivo. Para fins do presente Estatuto Social, entende-se por "regime mais restritivo" aquele que ofereça maior proteção aos acionistas minoritários. Quando os regimes aplicáveis não forem diretamente comparáveis, cada um será aplicado no âmbito que lhe for cabível.

§3º. O acionista que receba de outro acionista ou de terceiros oferta de aquisição de suas ações que, por seus termos, pelas características do Adquirente ou pelas circunstâncias concorrentes, permita razoavelmente deduzir que tenha por objeto atribuir ao Adquirente o Controle da Companhia, somente poderá transmitir ações se este comprovar ter formulado oferta à totalidade dos acionistas nos mesmos termos e condições.

§4º. Qualquer pessoa, ou grupo de pessoas agindo em conjunto, que pretenda adquirir, direta ou indiretamente, participação igual ou superior ao menor dos seguintes limites: (i) 50% (cinquenta por cento) do capital social votante, correspondente ao limiar mínimo exigido pela BME para formulação de oferta pública de aquisição; ou (ii) percentual inferior que seja exigido por qualquer outro mercado em que os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação, caso tal mercado adote limiar mais restritivo do que o previsto no item (i) acima - deverá, previamente à consumação da aquisição, formular oferta pública de aquisição dirigida à totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável ao mercado mais restritivo dentre aqueles em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação. Em qualquer hipótese, observar-se-ão as disposições dos artigos 116 e 254-A da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 215/2024, ou daquelas que vierem a substituí-las.

Artigo 39. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 38 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 (ou outro mercado em que, naquele momento, os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação) nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 (ou outro mercado em que, naquele momento, os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação) operacionalizar a distribuição, nos termos da

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

regulamentação aplicável ao mercado mais restritivo dentre aqueles em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação.

Artigo 40. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta ou para a exclusão da negociação das ações da Companhia em qualquer mercado em que seus títulos sejam admitidos à negociação, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do §1º e do §2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º. O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1° do Artigo 8° da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no §6º desse mesmo Artigo da Lei das S.A.

§2º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§3º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 41. A partir do momento em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação no BME Growth, segmento do BME MTF Equity (Multilateral Trading Facility) administrado pela BME, ou em quaisquer outros mercados nos quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários admitidos à negociação, a deliberação em assembleia geral pela exclusão da negociação dos valores mobiliários da Companhia em qualquer desses mercados deverá ser precedida de oferta pública de aquisição dirigida à totalidade dos acionistas titulares de ações em circulação, observado o disposto na Lei das S.A., na Resolução CVM nº

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

215/2024 e demais normas aplicáveis, prevalecendo, em caso de conflito entre os regimes aplicáveis, aquele mais restritivo.

§1º. O preço da oferta pública referida no caput não poderá ser inferior ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do Artigo 40, ou ao valor determinado conforme a regulamentação aplicável ao mercado do qual se pretenda a exclusão, prevalecendo o que for maior.

§2º. A Companhia não ficará sujeita à obrigação prevista no caput quando, em caráter simultâneo à aprovação da respectiva exclusão de negociação de suas ações, deliberar a admissão à negociação de suas ações em: (i) mercado regulado; ou (ii) outro sistema multilateral de negociação, neste caso desde que assim disposto no desenvolvimento regulamentar da *Ley del Mercado de Valores y Servicios de Inversión* ou na normativa do mercado aplicável em cada momento.

§3º. Para fins do disposto neste artigo 41, aplica-se o regime de ofertas públicas de aquisição previsto na regulamentação do mercado mais restritivo dentre aqueles em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no momento da deliberação, tanto no que se refere ao preço mínimo quanto ao procedimento aplicável.

Artigo 42. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO XI
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 43. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no B3.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Parágrafo Único. Ficam expressamente excluídas do âmbito da cláusula compromissória prevista no caput deste Artigo as controvérsias decorrentes de obrigações da Companhia em razão da admissão de seus valores mobiliários à negociação em mercados regulados ou sistemas multilaterais de negociação espanhóis, incluindo as relativas a abuso de mercado, à supervisão da CNMV, às obrigações de informação e transparência perante o mercado e os acionistas e às normas de admissão e permanência na negociação nos mercados ou sistemas em que os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação em cada momento. Tais matérias reger-se-ão exclusivamente pela normativa espanhola aplicável em cada caso, e as partes submetem-se expressamente à jurisdição dos Juízos e Tribunais da cidade de Madri para o conhecimento e a resolução de qualquer controvérsia que delas decorra, com renúncia a qualquer outro foro que lhes pudesse caber.

CAPÍTULO XII
NORMAS GERAIS

Artigo 44. No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na Assembleia Geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será calculado com base no valor econômico da Companhia, a ser determinado conforme deliberação da Assembleia Geral, observando, ainda, o quanto disposto no art. 45 da Lei das S.A.

Artigo 45. A Companhia deverá obrigatoriamente contratar empresa independente de auditoria devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizar auditoria anual de suas contas, escolhida entre as empresas de primeira linha.

Artigo 46. Os acordos de acionistas, devidamente arquivados na sede social, serão sempre observados pela Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A. Os Administradores da Companhia zelarão pela observância e fiel cumprimento dos referidos acordos e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade de qualquer voto proferido pelos acionistas vinculados em contrariedade com os termos de tal acordo.

Artigo 47. Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, as normas da CVM e a regulamentação aplicável da B3.

* * *

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/598.996-5	MGE2602822430	24/08/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
377.220.856-87	ANDRE LUIZ ROSA REZENDE
832.947.246-91	MARCELIO VIEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PRATICA PRODUTOS S.A., de NIRE 3130002427-0 e protocolado sob o número 26/598.996-5 em 28/08/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 14171096, em 02/09/2026. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
832.947.246-91	MARCELIO VIEIRA
377.220.856-87	ANDRE LUIZ ROSA REZENDE

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
832.947.246-91	MARCELIO VIEIRA
377.220.856-87	ANDRE LUIZ ROSA REZENDE

Belo Horizonte. quarta-feira, 02 de setembro de 2026

Documento assinado eletrônicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 02/09/2026, às 10:26 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 26/598.996-5.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 02 de setembro de 2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 14171096 em 02/09/2026 da Empresa PRATICA PRODUTOS S.A., Nire 31300024270 e protocolo 265989965 - 28/08/2026. Efeitos do registro: 29/07/2026. Autenticação: 4F36944DEE23158A69133C81A44942713F2DB22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/598.996-5 e o código de segurança 77gU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL